

JACKELINE APARECIDA FERREIRA ROMIO

MORTES FEMININAS VIOLENTAS SEGUNDO RAÇA/COR

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Demografia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, da
Universidade Estadual de Campinas.

Este exemplar corresponde à redação final
da Dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 26/02/2009.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Coleta Albino de Oliveira

FEVEREIRO/2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

R664m Romio, Jackeline Aparecida Ferreira
Mortes femininas violentas segundo raça/cor / Jackeline
Aparecida Ferreira Romio. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.

Orientador: Maria Coleta de Oliveira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mortes violentas. 2. Violência contra a mulher. 3. Relações
raciais. 4. Gênero. I. Oliveira, Maria Coleta de. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

(cn\ifch)

Título em inglês: Feminine violent deaths by race

Palavras chaves em inglês (keywords):

Violent deaths
Violence against women
Race relations
Gender

Área de Concentração: Demografia

Titulação: Mestre em Demografia

Banca examinadora: Maria Coleta de Oliveira
 Tirza Aidar;
 Stella Maria Barbera da Silva Telles.

Data da defesa: 26-02-2009

Programa de Pós-Graduação: Demografia

JACKELINE APARECIDA FERREIRA ROMIO

MORTES FEMININAS VIOLENTAS SEGUNDO RAÇA/COR

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Demografia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação da Profa. Dra. Maria Coleta
Ferreira Albino de Oliveira

Este exemplar corresponde à redação final
da Dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 26/02/2009.

BANCA

Profa. Dra. Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira (Orientadora)

Profa. Dra. Tirza Aídar

Profa. Dra. Stella Maria Barbera da Silva Telles

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha (suplente)

Profa. Dra. Regina Maria Barbosa (suplente)

FEVEREIRO/2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos Orixás,

Agradeço a todas as mulheres negras que ousaram pegar em canetas, como Carolina Maria de Jesus (1914-1977), desafiando com sabedoria e arte este nosso mundão tão cheio de preconceitos e desigualdades.

Agradeço a Profa. Dra. Maria Coleta de Oliveira, minha orientadora, pelo respeito, provocações e considerações que me fizeram crescer neste trabalho, muito obrigada por ser presente!

Agradeço a Profa. Dra. Tirza Aidar, banca examinadora e minha professora nos primeiros passos dentro da área da Demografia. Obrigada pelo carinho e pelo tempo que tem me dado ao longo da elaboração deste trabalho!

Agradeço a Profa. Dra. Estela Maria Garcia Pinto da Cunha. Muito obrigada pela generosidade e apoio, suas contribuições no processo de qualificação desta pesquisa foram fundamentais.

Agradeço a Profa. Dra. Maria Isabel Baltar, por estar comigo no momento em que eu atravessava o inferno de Dante na minha vida acadêmica, obrigada pelos conselhos e estímulos para prosseguir. Sei que onde estiver escutará este agradecimento!

Agradeço a Profa. Dra. Stella Maria Barbera da Silva Telles, por aceitar o convite de fazer parte da banca examinadora.

Agradeço a Profa. Dra. Eva Blay, pelas lições e oportunidades que me deu durante minha passagem pelo NEMGE. Obrigada por poder ter sido sua aluna nos estudos de gênero.

Agradeço ao Programa “Raça, Desenvolvimento e Desigualdade Social”, obrigada Malú, Prof. Dr. Carlos Azzoni (FEA-USP) e a valorosa pesquisadora Dra. Rosângela Malacquias.

Agradeço a FSEADE e a SSP/SP nas pessoas de Dra. Felícia Madeira, Dr. Tulio Kahn e Tenente Oswaldo.

Agradeço ao NEPO/UNICAMP, nas pessoas do Prof. Dr. Daniel Hogan, Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha, Prof. Dr. Roberto do Carmo, os quais eu tive a oportunidade de ser aluna em seus cursos. Obrigada professores!

Agradeço também toda a equipe de técnicos e pesquisadores das diversas áreas do NEPO, quero agradecer especialmente a duas pessoas que ajudaram muito a Adriana Fernandes bibliotecária do NEPO, Raquel Jakob responsável pela parte computacional.

Agradeço aos meus colegas de turma no curso de demografia do ano de 2007 e os de 2008, especialmente a Carlos Eduardo Lima, que me deu apoio fundamental no 1º. Ano do curso. Agradeço a CAPES, pela bolsa de estudos.

Agradeço a paciência e carinho da minha família que teve que suportar minhas carências e ausências durante todo o processo. Este trabalho é nosso fruto! Obrigada a minha mãe, Quédima Ferreira Romio, por ter ensinado a todos nós o valor dos estudos e o gosto pela leitura! Obrigada Tia/madrinha Queila por ser tão forte e livre, tenho muita admiração por você, parabéns pela Paulinha! Obrigada minha irmã Priscila, meus irmãos Roberto e Jefferson, Laura (afilhada) e ao Daniel (meu companheiro): amo vocês!

Agradeço a minha família da Cidade Tiradentes: Mãe Silvia, Edu, Pai Jair e Kika.

Agradeço aos meus mestres: Mestre Gato Preto, Mestre Hugo, Contra-mestre Pingüim e professor Nego Folha, obrigada Grupo de Capoeira Angola guerreiros de Senzala. Agradeço também aos mestres na arte de rimar, o pessoal da Cooperifa.

Agradeço aos estudantes e pesquisadores negros, meus companheiros de estudos e também parceiras/os na vida, meus amigos e amigas: Adriana Moreira, Edilza Sotero; Elis Regina F. do Vale (minha poetiza preferida); Flavia Rios; Shirley, Mara, Ana Cristina, Kenia, Bergman, Mabel, Mc Samata, Profa Sandra (Neinb-USP), Pilar, Rafael, Gabi, Bárbara Cristina, Edil e Cris (Coletivo Natural), Latoya, Valeria Jussara, Henrique Menezes, Rinaldo Teixeira, Marciano Ventura, Uvanderison da Silva, Luciano, Danilo, Diomario, Paulo e Mônica, Raquel e Ialê, Niltão, Marcelo de Saete, Billy Malacquias, Dollynda Brasil, Lecão, Niel Gusf, Claudia, Edcarlos, André Guimarães, Mc Panikinho, Mc Akins, LF, Tiagão, Gel, Cristiano, Mc Kbeça, Claudinho, Melvin, Flávio, Mateus Gato, Alan da Rosa, Lina, Mariza, Nadia, Domingos, Elídio, Caetano e Anísio (de Guiné Bissau), Rogério Ferro (Moçambique) e Marina (Cabo Verde). Aos amigos de sempre Angela Grillo, Renata Parpolov, Alexandre, Silvio Diogo, Mariana (seu apoio foi fundamental). Meus amigos/as não tenho palavras para descrever a satisfação de poder viver e contar com vocês.

Obrigada a todos!

Saúde e Paz!!!

Dedico esta dissertação à minha avó materna,

Anaide Moreira da Silva,
Mulher libertária e batalhadora
que me ensinou a dor e a delícia de ser
mulher negra de caráter, dignidade e axé.
Vó, muito obrigada pelos ensinamentos
que só na escola da vida podemos aprender!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Reflexões Iniciais e Problemática da Mortalidade Feminina por Causas Violentas

CAPÍTULO 1: Revisão da Literatura: Morte, Violência, Gênero e Raça.....	5
1.1 Breve Panorama dos Estudos sobre Mortalidade por Raça/Cor no Brasil.....	5
1.2 Discussão sobre Violência Urbana e Doméstica Contra a Mulher.....	8
1.3 O Termo <i>Femicídio</i> e sua Aplicabilidade nos Estudos de Mortalidade Feminina por Causas Violentas.....	10
1.4 Perspectiva de Gênero, Classe e Raça: Contribuições Analíticas do Pensamento Feminista Negro.....	14
CAPÍTULO 2 Materiais e Métodos.....	18
2.1 Fontes de Informação sobre Mortalidade: Limitações e Potencialidades.....	19
2.2 Metodologia de Análise da Violência Através de Dados de Mortalidade: Desafios da Intersecção de Raça e Gênero.....	25
CAPÍTULO 3. Mortalidade Feminina Devido às Causas Violentas: Análise das Informações do SIM.....	31
3.1 Mortes por Causas Violentas no Brasil, Estado de São Paulo e Município.....	32
3.2. Quadro Comparativo das Mortes por Agressão Segundo Raça/Cor, Sexo e Grupos de Idade no Município de São Paulo - Abordagens Possíveis Através do SIM.....	34
CAPÍTULO 4. Violência Urbana e Doméstica contra a Mulher: Expressões das Mortes Violentas Femininas.....	45
4.1 - Perfil das Vítimas de Tentativas e Homicídios Contra Mulheres.....	49
4.2 - As Vítimas e seus Agressores.....	54
4.3 - Outras Características das Agressões Contra Mulheres.....	57
4.4 - Uma Tentativa de Tipificação das Ocorrências com Vítimas Fatais.....	59
4.5 - Homicídio de Mulheres: Contextos Urbanos X Contextos Domésticos.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	76

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Percentual de cor ignorada nos óbitos por agressões, Brasil, Estado de São Paulo, e Município de São Paulo, masculino e feminino, 2000-2005	22
Tabela 2: Taxa de mortalidade por causas externas e agressões (homicídios), média anual de homicídios, por sexo e faixa etária. Brasil, Estado de São Paulo e Município de São Paulo, 2000 a 2005	34
Tabela 3: Taxa de mortalidade por causas externas e demais causas, por raça/cor, sexo e faixa etária. Município de São Paulo, 2000 a 2005	36
Tabela 4: Proporção (%) de mortes por causas externas no total dos óbitos, por raça/cor, sexo e faixa etária. Município de São Paulo, 2000 a 2005	38
Tabela 5: Distribuição proporcional das causas externas, segundo subgrupo de causas, por sexo, idade e raça/cor. Município de São Paulo, 2000 a 2005	39
Tabela 6: Taxas de mortalidade por agressão, por sexo, idade e raça/cor. Município de São Paulo, 2000 a 2005	41
Tabela 7: Distribuição percentual das mortes por agressão segundo tipo/meio da agressão, por sexo e raça/cor. Município de São Paulo, 2000 a 2005	41
Tabela 8: Distribuição percentual segundo a idade das vítimas de agressões, fatais e não fatais. Município de São Paulo, 2005	50
Tabela 9: Distribuição percentual segundo a escolaridade das vítimas de agressões, fatais e não fatais. Município de São Paulo, 2005	51
Tabela 10: Distribuição percentual segundo Região de Naturalidade das vítimas de agressões, fatais e não fatais; Município de São Paulo, 2005	52
Tabela 11: Distribuição percentual segundo Raça/Cor das vítimas de agressões, fatais e não fatais. Município de São Paulo, 2005	53
Tabela 12: Distribuição percentual segundo Estado Civil das vítimas de agressões, fatais e não fatais. Município de São Paulo, 2005	54
Tabela 13: Distribuição percentual segundo o sexo do agressor das vítimas de agressões, fatais e não fatais.- Município de São Paulo, 2005	55
Tabela 14: Distribuição Percentual do Tipo de Relação entre Vítima e Agressor, das Mulheres Vítimas Fatais e Totais de Agressão - Município de São Paulo, 2005	56

Tabela 15: Distribuição Percentual do Motivo da Agressão Contra Mulheres Vítimas Fatais e Totais de Agressão - Município de São Paulo, 2005	57
Tabela 16: Distribuição Percentual do Tipo Meio da Agressão, Contra Mulheres Vítimas Fatais e Totais de Agressão - Município de São Paulo, 2005	58
Tabela 17: Distribuição Percentual do local de Ocorrências da Agressão contra mulheres Vítimas Fatais e Não Fatais de Homicídio – Município de São Paulo, 2005	59
Tabela 18: Distribuição Percentual do Motivo e Meio da Agressão, Mulheres Vítimas de Homicídio - Município de São Paulo, 2005	61
Tabela 19: Distribuição Percentual do Motivo da Agressão e Local da Ocorrência, Mulheres Vítimas de Homicídio - Município de São Paulo, 2005	62
Tabela 20: Distribuição Percentual do Motivo e Relato de Violência Anterior, Mulheres Vítimas de Homicídio - Município de São Paulo, 2005	63
Tabela 21: Distribuição Percentual do Motivo e Raça/Cor da Vítima, Mulheres Vítimas de Homicídio - Município de São Paulo, 2005	64
Mapa 1: Distribuição Percentual dos óbitos femininos por agressão segundo distrito de residência e áreas de localização de favelas no Município de São Paulo, 2000 a 2005	44

ROMIO, Jackeline Ap. F. **Mortes femininas violentas segundo raça/cor**. Campinas, 2009. 80p. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo estudar as formas de violência urbana e doméstica contra a mulher através da análise das mortes por agressão/homicídios, assim como as possíveis conexões, similaridades e diferenças de raça/cor nestes óbitos. Utilizamos dois tipos de fonte de dados de mortalidade: as Declarações de Óbito (SIM/MS) de 2000 a 2005 e os Boletins de Ocorrência (INFOCRIM/SSP-SP) de 2005. Para as informações sobre o perfil da população exposta ao risco de morte foram utilizados o Censo Demográfico 2000, de responsabilidade do IBGE e as projeções populacionais elaboradas pelo SEADE. A unidade espacial de análise foi o Município de São Paulo. Com este estudo demonstramos que as causas externas são a primeira causa de morte entre homens e mulheres da faixa de 15 a 24 anos; as agressões dentre as causas externas também é a principal causa de morte nesta faixa etária; a violência urbana também é detectada na morte feminina por homicídio, detectamos diferenças de raça/cor em todas as análises.

Palavras-chave: Mortes violentas, violência contra a mulher, relações raciais, gênero.

ABSTRACT

The objective of this research was to study the urban and domestic ways of violence against the woman, through deaths for aggression/homicides analysis, as well as the possible connections, similarities and differences of race/color of these deaths. We use two types of sources of mortality data: the Declarations of Death (SIM/MS), between 2000 to 2005, and Occurrence Reports (INFOCRIM/SSP-SP), 2005. The Demographic Census of 2000 and the population projections elaborated by the SEADE were used for information about the population exposed at risk of death profile. The space unit of analysis is the City of São Paulo. With this study we demonstrate that the external causes are the first cause of death between men and women of the age 15 to 24 years; the homicide amongst the

external causes also are the main causes of death in this age group; the urban violence also is detected in the feminine death by homicide, we detected differentiates according to race in all analyses data.

Key words: Violent deaths, violence against woman, race relations, gender.

INTRODUÇÃO - Reflexões Iniciais e Problemática da Mortalidade Feminina por Causas Violentas

Uma noite, há vários anos, acordei bruscamente
e uma estranha pergunta explodiu de minha boca.
De que cor eram os olhos de minha mãe? [...] vi só lágrimas e lágrimas.
Entretanto, ela sorria feliz. Mas eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se
minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face?
(EVARISTO, 2005).

O debate sobre mortalidade por causas externas no Brasil tem centralizado sua atenção no estudo dos homens, pois, são estes, principalmente os jovens negros das periferias das grandes cidades, o grupo que apresenta maior risco de morrer por homicídios, acidentes de trânsito e violência policial. Entretanto, segundo estudos demográficos sobre mortalidade, o forte crescimento da violência urbana, observado na última década do século 20, foi um fenômeno experimentado por amplas parcelas e grupos sócio-espaciais da população residente nas grandes cidades brasileiras. É nesse período que os homicídios se tornam a principal causa de morte entre os homens jovens e adolescentes (AIDAR, 2002).

Pesquisas como a elaborada pelo Núcleo de Estudos da Violência- NEV/ USP sobre mortalidade por armas de fogo apontam para uma distribuição desigual da chance de ser vítima de homicídios por armas de fogo segundo diferenciais de sexo, idade e região. Denunciando não apenas as desigualdades no risco de morte como, também, associando estas assimetrias à distribuição desigual dos direitos sociais e civis na sociedade brasileira. Observam, assim, o crescimento das taxas de homicídio como um problema social e de saúde pública a ser combatido no Brasil (PEREZ, 2004). Outros diagnósticos, como o *Relatório de Direitos Humanos no Brasil: Racismo, pobreza e violência*, aprofundam a discussão analisando os diferenciais de raça/cor na distribuição e tipo de óbito (LOPES, 2005).

Os dados a partir de 2000 indicam tendência de queda das mortes por homicídio¹ para ambos os sexos, o caso do Município de São Paulo. Fazendo um exercício simples de observação dos números absolutos de casos de óbito por agressões, segundo sexo, para os

¹ Segundo a revisão CID 10 a terminologia existente até 1996 de morte por homicídio dá lugar ao termo agressão.

anos de 2003, 2004 e 2005 no Município de São Paulo², podemos ver a queda expressiva dos óbitos masculinos, seguida da queda menos acentuada das mortes femininas. Mesmo com a diminuição destes óbitos (de 4.619 óbitos masculinos em 2003 para 2.583 casos em 2005; de 354 óbitos femininos em 2003 para 225 óbitos), ainda são volumes muito elevados de mortes evitáveis.

Outra observação é que dentro deste contexto ainda alarmante em relação ao impacto da violência urbana no comportamento da mortalidade adulta masculina nas grandes cidades, costuma ficar suprimido e justificado por aspectos quantitativos o estudo sobre o impacto desta causa de morte no perfil da mortalidade feminina, assim como os possíveis diferenciais de raça/cor e classe. Se comparado apenas por aspectos de volume absolutos de mortes, a feminina soma aproximadamente 10% de todos os óbitos por agressão o que tem justificado sua ausência nestes estudos. Entretanto, se levarmos em consideração que as mulheres estão cada vez mais superando as distinções entre espaço público e privado, estudos que direcionem seu olhar para o impacto da violência urbana na condição de vida das mulheres são bem vindos.

A pesquisa tem como objetivo trazer algumas reflexões para o debate sobre as mortes violentas femininas segundo diferenciais de raça/cor. Partindo da idéia, assim como em alguns estudos sobre violência contra a mulher (SAFFIOTI, 2004; CORREA, 1981), que no Brasil, a violência é parte integral da organização social de gênero, raça e classe, pois está intrinsecamente ligada às relações de poder estabelecidas historicamente de forma desigual entre os grupos sociais. Assim, a percepção e aprofundamento do debate sobre relações sociais de gênero, dimensão que melhor captaria a possível natureza da violência contra a mulher, levando em consideração a presença na nossa sociedade do racismo, lesbofobia, sexismo e classismo, é de extrema relevância para as reflexões aqui proposta para a análise dos óbitos femininos por homicídio.

O primeiro questionamento a ser feito é em que medida as taxas de homicídio podem ser utilizadas como indicativos de violência urbana e daquela específica às condições de gêneros das mulheres (violência doméstica)? Analisando a literatura sociológica sobre assassinato de mulheres, podemos ver que uma das marcas bastante denunciada nestes estudos refere-se à prevalência de motivações envolvendo a violência

² Dados do Sistema de Informação em Mortalidade - SIM/ MS.

sexista de homens contra mulheres. Ou seja, os agressores são geralmente os companheiros, ex-companheiros, namorados, familiares, vizinhos e pessoas conhecidas³. Este fato nos leva a supor que o homicídio no caso das mulheres expresse tanto o impacto da violência urbana quanto da violência doméstica na mortalidade feminina. Diferente do caso masculino, para o qual a taxa de homicídios é utilizada, frequentemente, como índice de violência urbana. Neste sentido fica registrada a necessidade de indicadores mais complexos e bancos de dados mais flexíveis para que se possa capturar as diversas dimensões do homicídio, em especial aqueles contra as mulheres⁴ (BLAY, 2008; SAFFIOTI, 2004; SOARES, 1998).

Outro questionamento refere-se ao diferencial de raça/cor e classe na distribuição e tipo dos óbitos e que tipo de abordagem/ método melhor capturaria estas dimensões. Casos expostos na mídia como o caso de Sirlei, 32 anos, mulher negra pobre trabalhadora doméstica espancada, xingada e roubada por cinco homens brancos jovens da classe média alta do Rio de Janeiro, no dia 24 de junho de 2007⁵, quando esperava ônibus para ir ao trabalho, nos coloca os elementos da violência racial e de classe para a reflexão sobre relações entre violência de gênero e violência urbana na vida de mulheres não brancas. Assim como esta trabalhadora negra, diversas outras mulheres negras são expostas a violência sexista multiplicada pelo racismo e classismo ao saírem pelas ruas das grandes cidades.

O objetivo central desta pesquisa foi estudar as formas de violência urbana e doméstica contra a mulher através da análise das mortes por agressão/homicídios contra mulheres, assim como as possíveis conexões, similaridades e diferenças de raça/cor destes óbitos, esta pesquisa procurou combinar diferentes fontes de informação. Utilizamos dois tipos de fonte de dados de mortalidade: as Declarações de Óbito⁶ (DO) de 2000 a 2005 e os Boletins de Ocorrência⁷ (BO) de 2005. Para as informações sobre o perfil da população exposta ao risco de morte foram utilizados o Censo Demográfico 2000, da responsabilidade do IBGE e as projeções populacionais elaboradas pelo SEADE. A unidade espacial de

³ Pesquisas como a apresentada no livro *Assassinato de mulheres e direitos Humanos* de Eva Blay (2008), demonstram esses dados.

⁴ A lei Maria da Penha, lei 11340-06, que pune a violência doméstica e familiar, foi instituída em 2006 e esperamos traga novas perspectivas para a diminuição da violência contra as mulheres e a médio e longo prazo maiores possibilidades no que se refere aos estudos desta questão.

⁵ Folha de São Paulo - Caderno Cotidiano – “Jovens de classe alta são acusados de agredir doméstica” - 25/06/2007; os agressores alegaram apenas estarem “zoando”.

⁶ Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/MS).

⁷ Sistema de Informações Criminais (INFOCRIM/SSP- SP).

análise foi o Município de São Paulo. O critério para a delimitação do período temporal foi o momento em que começa a haver um declínio das taxas de homicídio no Município de São Paulo, restringindo-se a análise ao primeiro quinquênio da década de 2000.

No capítulo 1, oferecemos um panorama dos estudos de mortalidade que consideraram raça/cor em suas abordagens, que estudaram a violência com dimensão de gênero, as contribuições da terminologia feminista feticídio para a interpretação das dimensões da violência letal contra as mulheres e a discussão que envolve o conceito de gênero na perspectiva do feminismo negro. Este capítulo tem caráter exploratório e encontra-se diluído e combinados nas análises e interpretações propostas nos capítulos subsequentes.

No capítulo 2, oferecemos a metodologia e materiais utilizados na confecção das informações e análises sobre as mortes violentas femininas apresentadas no capítulo 3 e 4 e como foi desenhada a pesquisa.

No capítulo 3, tem por objetivo, estudar as singularidades dos óbitos por agressões entre as mulheres e seu valor elucidativo tanto para as questões referentes ao impacto da violência urbana quanto da violência doméstica na mortalidade feminina em relação aos óbitos masculinos. Pretende-se pensar nas possíveis contribuições da correlação entre mortalidade feminina por homicídio e violência contra a mulher. O capítulo é todo construído através de informações das Declarações de óbito da área da saúde, de 2000 a 2005.

No capítulo 4, apresentamos os resultados da análise dos Boletins de Ocorrência (BO's) do ano de 2005 que registraram homicídios contra mulheres no Município de São Paulo. O objetivo desta análise – mais de tipo qualitativo, apesar de lançar mão de dados numéricos – é saber quais as singularidades quanto ao perfil da vítima e da ocorrência no caso das mortes femininas por agressão.

As considerações finais apresentam as principais indicações sobre a morte feminina por homicídio, as limitações e possibilidade.

CAPÍTULO 1 - Revisão da Literatura: Morte, Violência, Gênero e Raça

“Estar na margem é fazer parte do todo,
porém fora do corpo principal”
(HOOKS, 1989).

Estudar a questão da violência é discutir um dos grandes problemas contemporâneos brasileiros e mundiais. Seu impacto tem proporções crescentes em nosso cotidiano, manifestando-se nas mais diferentes formas, desafiando a sociedade e o Estado. Diversos estudos debruçaram-se na questão tentando oferecer entendimentos, diagnósticos e estratégias de superação deste fenômeno. Neste capítulo pretendemos oferecer um panorama dos estudos de mortalidade que consideraram: raça/cor em suas abordagens; que estudaram a violência com dimensão de gênero; e as contribuições da terminologia feminista femicídio para a interpretação das dimensões da violência letal contra as mulheres. Este capítulo tem caráter exploratório e encontra-se diluído e combinados nas análises e interpretações propostas nos capítulos sub-seqüentes.

1.1 -Breve Panorama dos Estudos sobre Mortalidade por Raça/Cor no Brasil

Antes de entrarmos propriamente na questão de raça nas pesquisas sobre mortalidade, é importante entender como este conceito é entendido. Um segmento da sociologia e antropologia contemporâneas utiliza-o não como princípio biológico de distinção entre diferentes grupos, raça trata-se de uma categoria social de análise que procura entender o fenômeno social no qual os indivíduos são classificados e segregados a partir de suas características físicas, tais como cabelo, cor da pele, traços faciais, culturais e lingüísticos. Em outras palavras, a “raça” é um conceito que indica apenas uma construção social, que persiste em nossas sociedades, recriando e conservando desigualdades, que podem ser observadas em diversas esferas da vida (mercado de trabalho, na educação, nos índices de mortalidade, pobreza etc.) com nuances específicas para cada sociedade (HASENBALG, 1992; GUIMARÃES, 2002).

Vale frisar que o debate sobre relações raciais no Brasil não é uma questão nova, visto que diversas pesquisas já abordaram o assunto, principalmente do campo das ciências sociais e história. Tais disciplinas discutem que o período de escravidão e o processo de integração do negro na sociedade brasileira pós-abolicionista implicaram na criação de disparidades sociais e mentalidades sobre as relações entre indivíduos de diversos grupos “raciais” até os dias atuais nos diversos campos da vida dos brasileiros.

No campo da epidemiologia, saúde e demografia, a variável raça é pouco explorada, poucos são os estudos que a utilizaram na produção de estatísticas sobre saúde e que analisaram os diferenciais raciais no processo de adoecimento e morte, menores ainda são os estudos que conjugam raça e gênero como categorias de análise. Também, o próprio acesso às informações oficiais sobre raça na saúde dificultou a abordagem e o acompanhamento do impacto do racismo na morbi-mortalidade, pois o quesito ‘raça/cor’ só foi implantado nos atestados de óbito no ano de 1996.

Este fato marca os estudos sobre mortalidade segundo raça/cor o que é perceptível ao observar o tipo de método aplicado e pelo tipo de fonte utilizada formando dois tipos de estimativas de mortalidade: as indiretas, através de dados do Censo Demográfico até 1996; e as diretas, através de dados da saúde, pós 1996. Na revisão da literatura sobre mortalidade e diferenciais por raça/cor outra observação a ser feita é quanto aos temas tratados, os mais recorrentes são a mortalidade infantil, mortalidade materna e morte por causas externas.

Entre as poucas pesquisas que avaliaram as desigualdades raciais na mortalidade destacamos os estudos elaborados no NEPO, protagonizadas por Estela Maria G. da Cunha, sobre mortalidade infantil e adulta feminina. Em suas pesquisas as metodologias de análise foram direcionadas para a captura da dimensão de raça/cor através das informações do Censo Demográfico⁸. Aplicando métodos indiretos de análise da mortalidade infantil, a autora concluiu que filhos de mães negras estavam expostos a níveis mais altos de mortalidade quando comparada às mães brancas. Nestes mesmos estudos considerou e detectou diferenciais regionais originários das desigualdades e singularidades dos contextos rural e urbano. Sobre a mortalidade feminina adulta, analisou a probabilidade de sobrevivência de mulheres dos 25 aos 65 anos segundo raça/cor, a partir do censo de 1980, e descobriu que a população feminina ‘preta’ apresenta sistematicamente probabilidades de

⁸ Com aplicação da técnica de Brass, variante de Hill e Trussel.

sobrevivência menores do que as mulheres brancas e que as mulheres pardas estariam numa posição intermediária entre mulheres pretas e brancas (CUNHA, 1990; 1994; 1997, 1998).

Outro estudo que lançou mão de estratégias bem trabalhosas para sanar a ausência da informação de raça/cor foi o elaborado por Barbosa (1998), a pesquisadora coletou dados quantitativos relativo a raça/cor formando uma amostra aleatória das declarações de óbito do município de São Paulo de 1995. Com um trabalho extremamente crítico, avaliou a conexão existente entre racismo e saúde, calculou anos potenciais de vida perdido por homens brancos e negros; e mulheres brancas e negras demonstrando que a mortalidade é mais precoce na população negra. A pesquisa averiguou que no município de São Paulo:

A análise da distribuição dos óbitos, segundo os grandes grupos de causa de morte por raça, expõem as disparidades do perfil de mortalidade entre brancos e negros, onde o grupo de causas externas é o grande divisor de águas, seu peso relativo depende da população analisada, corresponde a 14,1% para o conjunto da população negra e branca; 11,4% para a população branca, e 23,4% para a população negra. (BARBOSA, 1998, p.68).

Batista (2002), para estudar a mortalidade de mulheres e homens pretos, realizou a análise comparativa da mortalidade homens em relação às mulheres, dos brancos em relação aos pretos residentes no Estado de São Paulo, análise na perspectiva sociológica. Foram utilizados como fonte para estas análises as declarações de Óbito já sistematizadas quanto à raça/cor. Concluiu que no estado de São Paulo a taxa de mortalidade é maior para homens pretos e mulheres pretas para as seguintes causas de morte: tuberculose, alcoolismo, hipertensão, doença cérebro-vascular, diabetes, causas mal-definidas e externas, no período que já existiam informações de raça/cor, 1996 a 1999. (BATISTA, 2002)

Devemos também destacar as publicações do próprio Ministério da Saúde sobre saúde da população negra (BRASIL. FUNASA/MS, 2005), onde podemos encontrar suporte técnico e teórico para elaboração de estudos que direcionem seu olhar para as desigualdades raciais em saúde no Brasil, *Saúde da população Negra no Brasil*. Outra publicação importante é o suplemento epidemiológico paulista nomeado Saúde da

População negra no Estado de São Paulo (SÃO PAULO. SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA, 2007).

Mas especificamente sobre violência e racismo o *Relatório de Direitos Humanos no Brasil: Racismo, pobreza e violência*, Lopes (2005), no capítulo 4 aprofundam a discussão sobre as relações entre racismo e risco de sofrer violência. Analisou os diferenciais de raça/cor na distribuição dos óbitos por homicídio em nível nacional. Constatou que as taxas de mortalidade por homicídios, calculados para o ano base de 2001, na metade dos Estados pesquisados a incidência de homicídios para negros é mais que o dobro da verificada para brancos e, em alguns locais, essa desigualdade chega a ser seis vezes maior, mostram que as diferenças entre brancos e negros ocorrem também no sexo feminino e que são os jovens negros do sexo masculino as maiores vítimas de homicídios em todo o Brasil na faixa de 15 a 39 anos (LOPES, 2005).

Esta revisão bibliográfica evidencia ainda que em número reduzido uma alta qualidade de pesquisas frente a grande lacuna existente nos estudos de diferenças de raça/cor na mortalidade, em âmbito nacional e regional.

1.2- Discussão sobre Violência Urbana e Doméstica Contra a Mulher

A violência contra a mulher está fundamentalmente relacionada às questões de âmbito privado, isto é, diretamente envolvida com a dominação simbólica e espacial do território do domicílio, da família, da constituição dos papéis sociais, dos costumes e da divisão sexual do trabalho e seus diferentes status. Esta pesquisa considera que além da violência doméstica, o principal tema dos estudos sobre violência contra a mulher, as causas comuns ao fenômeno da violência urbana também devem ser estudadas para o caso feminino, entendendo que o espaço urbano correlacionado aos diversos fatores de desigualdade e vulnerabilidade é um vetor da violência onde mulheres não estão imunes (chacinas, latrocínios, violência policial, tráfico de drogas, etc).

O conceito de violência contra a mulher utilizado nas interpretações das informações sobre mortes violentas segue a Convenção do Pará, 1994, que define a violência contra a mulher de uma forma que consegue capturar a participação da violência urbana e doméstica. Compreendendo a violência contra a mulher como sendo:

(...) qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. [...] Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica: a) ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual; b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (CONVENÇÃO DO PARÁ, ARTIGO 1 e 2, 2004).

Uma observação sobre a captura das dimensões da violência contra a mulher no Brasil, já que a maioria das ocorrências, como as agressões físicas ou psicológicas e abuso sexual, é a subnotificação, o que compromete eventuais estudos que pretendam analisar as dimensões sobre do problema. Isso ocorre, sobretudo, quando tais casos ocorrem no ambiente doméstico, pois a prática social naturaliza este tipo de violência. Vale lembrar a frase popular: “briga de marido e mulher não se bota a colher”. Pesquisa coordenada por Oliveira et al. (2007), mostra que a violência verbal, moral e psicológica é vista como menos grave do que a violência física, afirmação que nos faz refletir sobre a naturalização da violência como um todo o que fica mais evidente nesta “normalidade” da agressão verbal, moral e psicológica.

Diversos estudos denunciam esta ausência de informações e diagnósticos sobre violência contra a mulher. Um estudo importante para a pesquisa aqui apresentada é de Blay (2008) que em seus estudos sobre Assassinato de mulheres e Direitos Humanos, tentou com múltiplas fontes de pesquisas, produzir informações e um quadro amplo sobre as mortes violentas de mulheres através de notícias de jornal, processos judiciais e Boletins de Ocorrência, o período de suas análises foram de 1998 a 2000 no Município de São Paulo.

Destacamos ainda que são inúmeros e datam de mais de 20 anos os estudos sobre o tratamento judicial sexista oferecido aos casos de homicídios e estupros contra mulheres.

Estes estudos denunciavam que geralmente a justiça encara, ou encarava, o caso como justificável pelos vínculos emocionais entre vítima e agressor e despenalizam o agressor através de jurisprudências de “forte emoção”, “legítima defesa da honra”, entre outros argumentos ao longo da história (CORREA, 1981).

1.3 - O Termo *Femicídio* e sua Aplicabilidade nos Estudos de Mortalidade Feminina por Causas Violentas

Uma abordagem diferenciada sobre as mortes femininas por homicídio é a que o termo femicídio nos traz ao abordar o caráter sexista implícito nos assassinatos femininos. Nesta pesquisa revisamos a reflexão feminista sobre o termo, tentando evidenciar as possíveis contribuições desta abordagem para o estudo das mortes violentas contra as mulheres.

Segundo Radford e Russell⁹ (1992), Femicídio, o assassinato misógino de mulheres por homens é a forma mais extremada de violência sexual. Pois segue o entendimento de que a violência sexual pode ser considerada como qualquer tipo de ataque físico, visual, verbal ou sexual sofrido por mulheres ou meninas que tenha gerado qualquer efeito que fira, degrade ou tire as habilidades de controlar contatos íntimos. Este entendimento é importante, segundo a autora, pois reconhece a dissonância entre a percepção dos homens e das mulheres sobre suas próprias experiências em relação à violência sexual - Esta abordagem faz sentido ao percebermos os inúmeros assassinatos de mulheres cometidos por ex-companheiros com justificativa na recusa em reatar o relacionamento.

Esta percepção de violência sexual contém internamente a idéia de “um continuum da violência sexual”, fazendo conexões entre as várias formas de violência. A análise sugere ainda que os femicídios não se restringem aos praticados por companheiros e ex-companheiros, considerando o femicídio homofóbico e lesbofóbico, o femicídio marital, o femicídio racista, os femicídios cometidos fora do espaço de domicílio, os seriais e em massa, inclui a discussão dos assassinatos de mulheres legalizados pelo Estado motivados por políticas e práticas sociais, a exemplo das práticas de assassinatos de meninas em países

⁹ Traduções livres próprias.

que adotaram políticas de restrição do número de filhos, também discute as mortes femininas produzidas pelos processos de esterilização e clitorectomias.

No cenário nacional a primeira a revisar o termo na academia foi Sueli Almeida (1998), a pesquisadora explica que a expressão “femicídio intimo” foi introduzida em 1976, no Tribunal Internacional de Crimes contra a Mulher, voltando a ser utilizada apenas nos anos 1990, para evidenciar a “não-acidentalidade” da morte violenta de mulheres, que envolveria, inclusive, estupros seguidos de assassinato, casos de assassinato de prostitutas por seus clientes e assassinatos conjugais. Femicídio para ela explicita o caráter sexista dos crimes conjugais, “desmascarando a aparente neutralidade dos termos homicídio e assassinio” (CAPUTI; RUSSEL, 1992; CAMPBELL, 1992; STOUT, 1992; *apud* RADFORD; RUSSELL, 1992), além de revelar este fenômeno que integra a política sexual de apropriação das mulheres. A autora se refere ao femicídio como sendo tão antigo quanto o patriarcado e que uma ‘outra face do femicídio’ referindo-se às respostas as violências sofridas diariamente pelas mulheres, nesses casos uma das possibilidades é o homicídio de homens como consequência da estratégia de sobrevivência de mulheres, forjada no conflito, numa tentativa de auto-defesa. (ALMEIDA, 1998)

No mês de outubro de 2008, o termo foi colocado em questão de maneira bem objetiva por Maria da Penha¹⁰ ao discutir, após tristes acontecimentos, o seqüestro e morte de uma adolescente de 15 anos por seu ex-namorado e tentativa de homicídio sofrida por sua amiga cometida pelo mesmo agressor motivado pela ‘recusa em aceitar o fim do relacionamento’, na região do ABC da grande São Paulo. Segundo a autora:

Tudo o que o Brasil acompanhou com pesar no drama de Eloá, em suas cem horas de suplício em cadeia nacional, não pode ser visto apenas como resultado de um ato desesperado de um rapaz desequilibrado por causa de uma intensa ou incontrolada paixão. É uma expressão perversa de um tipo de dominação masculina ainda fortemente cravada na cultura brasileira [...] O assassino, durante 100 horas manteve Eloá e uma amiga em cárcere privado, bateu na vítima, acusou, expôs, coagiu e por fim martirizou o seu corpo com um tiro na virilha, local de representação da identidade sexual, e na cabeça, local de representação

¹⁰ Note que em seu texto a autora utiliza o termo feminicídio e não femicídio como nos textos de pesquisadoras britânicas e estadunidenses, ela utiliza o termo como aparece em algumas campanhas latinoamericanas de língua espanhola de violência contra a mulher.

da identidade individual [...] Um crime onde não apenas a vida de um corpo foi assassinada, mas o significado que carrega - o feminino. Um crime do patriarcado que se sustenta no controle do corpo, da vontade e da capacidade punitiva sobre as mulheres pelos homens. O feminicídio é um crime de ódio, realizado sempre com crueldade, como o "extremo de um continuum de terror anti-feminino", incluindo várias formas de violência como sofreu Eloá, xingamentos, desconfiança, acusações, agressões físicas, até alcançar o nível da morte pública (MOTA; FERNANDES, 2008).

Embora este termo mereça melhor especificação, é preciso incorporá-lo ao estudo de violência contra a mulher, em especial contra vítimas negras, para ressaltar que esse grupo de vítimas está exposto tanto aos crimes relacionados a sua condição de gênero (*femicídios*), quanto àqueles casos ligados à situações urbanas de vulnerabilidade social e racial (chacinas, violência policial, envolvimento com drogas). Ressalta-se que também as mulheres brancas e indígenas pobres são atingidas pela violência urbana.

Com a finalidade de avaliar melhor o conteúdo do neologismo ‘femicídio’ e suas peculiaridades e conexões com a palavra ‘homicídio’ observamos as seguintes relações com a proposta de análise do assassinato baseado em gênero.

- **Sobre a etimologia da palavra homicídio:**

- a) A palavra homicídio significa assassinato de seres humanos como categoria coletiva, mas geralmente estudado considerando as mortes masculinas;
- b) A palavra homicídio, foi criada do vocábulo -masculino- HOMO, HOMINIS (homem, o gênero humano, ser-humano) acrescida do sufixo CÍDIUM/ CAEDES (ato de matar), sendo então definida como ato de matar, assassinio de seres humanos. HOMO em latim também se liga à palavra HÚMUS (terra) raiz das palavras HUMÁNUS, HUMÁNITAS, HUMANITÁTIS (respectivamente humano, humanidade natureza humana) o que reforça o sentido de generalidade de humanos, não expressando, à primeira vista, uma divisão sexual entre homens e mulheres (ALENCAR, 1944). Porém, pensando nas especificidades da cultura latina antiga, podemos questionar quem ou o que era considerado por essa sociedade Humano?

Ainda hoje é costumeiro a utilização de palavras masculinas para expressar o ‘coletivo’ ou ‘neutralidade’ do termo, isso não só na língua portuguesa;

c) Utilizando a teoria dos signos lingüísticos¹¹ de Saussure podemos ver que para ele (no curso de lingüística geral), a relação entre o significante e significado é arbitrária, ou seja, não há nenhuma relação obrigatória entre eles além da convenção social que a estabeleceu para todos os indivíduos daquela comunidade falante, pois a linguagem é, sobretudo, uma imposição / convenção social. Sendo assim, podemos também pensar que a sobrevivência ou não de um termo também é uma convenção social (SAUSSURE, 1916);

d) Podemos fazer um paralelo entre a proposta da incorporação do termo femicídio quando, tratarmos das mortes baseadas em gênero, ao processo de substituição do termo “direito dos homens” (com a palavra homens significando humanos no coletivo) para o termo “direitos humanos” e hoje já falamos em “direitos humanos das mulheres”.

- **Sobre a etimologia da palavra femicídio**

a) A palavra femicídio vem sendo utilizada para designar homicídio de mulheres por motivo da sua condição de gênero;

b) A palavra femicídio, assim como homicídio, tem raiz e sufixo latinos. A raiz da palavra femicídio vem de FEMINA (mulher, aquela que produz, fêmea, feminino) e o sufixo de CÍDIUM/ CAEDES (ato de matar). Esta palavra já em sua terminologia apresenta a relação entre morte e condição de gênero;

c) Entendemos que a proposta do termo é agregar valor analítico aos estudos dos homicídios quando o caso é feminino;

d) Os estudos basicamente entendem o *femicídio* como o fim extremo dos contínuos ataques sexistas contra mulheres e meninas associando a dimensão da violência sexual expressa nestas mortes. Diz respeito não somente assassinatos motivados

¹¹ Segundo as teorias lingüísticas estruturalistas, as palavras são signos lingüísticos constituídos de um significante e um significado, o significante é a forma da palavra, o aspecto concreto da palavra, som e símbolo, já o significado é a parte abstrata da palavra, nela encontra-se o campo semântico, quais os sentidos que a palavra tem (SAUSSURE, 1916).

pela misoginia, mas todos os formulários das agressões sexistas, incluindo aquelas motivadas pela possessividade dos homens contra mulheres e as mortes massificadas - as mortes seriadas;

e) reconhecemos que os movimentos sociais de mulheres, mulheres negras e feministas, têm utilizado este termo há mais de uma década, principalmente em campanhas e textos informativos sobre o ativismo contra a violência contra a mulher¹²;

f) Avaliamos que no Brasil, o termo finalmente foi mencionado na mídia e conseqüentemente foi apresentado popularmente durante a exploração midiática da morte trágica de Eloá, jovem da periferia da Grande São Paulo;

g) Julgamos bom parâmetro de utilização e conceituação do termo o artigo de Maria da Penha sobre a morte de Eloá.

1.4 - Perspectiva de Gênero, Classe e Raça: Contribuições Analíticas do Pensamento Feminista Negro

Entendemos que conceito de gênero procura abarcar questões contemporâneas e históricas quanto às relações desiguais entre os homens e mulheres. O termo vem do movimento feminista estadunidense e foi incorporado pela academia já nos princípios dos anos 90. Segundo Scott (1995), gênero é uma categoria de análise sociológica e histórica que permite compreender as relações sociais que estabelecem saberes para a diferença sexual, isto é, saberes que dão significados às diferenças corporais e que implicam numa organização social a partir delas. Estes saberes não são absolutos, mas sim relativos para cada cultura. No Brasil, muitas foram as difusoras do conceito de gênero, entre elas Saffioti (2004) e Oliveira (2003), aplicando principalmente para entender as relações desiguais, de tipo patriarcal, entre homens e mulheres expressas na violência doméstica.

Atualmente os debates sobre a condição da mulher e principalmente sobre a produção de conhecimento na visão feminista vêm desenvolvendo-se e ganhando espaços na política, na sociedade e na academia. Verdadeiras disputas de terminologias e conceitos como gênero, sexualidade, poder, violência e exploração têm como arena as universidades,

¹² Temos conhecimento do massacre de mulheres na cidade de Juarez, México, a partir de 1993, que utilizaram o termo femicídio na mídia.

revistas científicas e plataformas políticas, porém esta abertura ocorreu de forma singular: as autoras ficaram mais conhecidas como símbolos de luta pelos direitos civis do que a sua produção científica foi utilizada e divulgada.

Os casos mais emblemáticos são as intelectuais Ângela Davis e Lélia Gonzales. Muito se fala dessas mulheres e pouco se sabe sobre suas produções acadêmicas. Outro é o caso de autoras desconhecidas, pouco conhecidas ou reconhecidas em círculos restritos, como o caso de Bell Hooks, Audre Lorde e Patrícia Hill Collins. Essas pensadoras são fundamentais para o pensamento feminista negro contemporâneo nos EUA, contudo são pouco conhecidas das/os jovens pesquisadoras/es que estudam relações raciais e de gênero no Brasil. Tendo isto em vista, consideramos necessária estas produções para as reflexões aqui propostas, assinalando as principais contribuições para as ciências humanas.

Desafiando os modelos monolíticos de gênero (os que tendem a invisibilizar as contradições e desigualdades entre as mulheres em nome de abordagens universalizantes da experiência do ser mulher), as abordagens do feminismo negro, tanto do Brasil como dos Estado Unidos, fornecem contribuições para o entendimento da condição dos “múltiplos eixos da opressão feminina que afetam as experiências de vida de mulheres não brancas”. No Brasil, desde o final dos anos 70, Lélia Gonzalez (1982) passa a refletir sobre a posição da mulher negra na estratificação social brasileira e o papel que ela ocupa nos discursos e imaginários nacionais, através das seguintes categorias analíticas: raça, gênero e classe. Gonzalez tornou-se uma referência para as feministas negras brasileiras contemporâneas.

Nos Estados Unidos, cientistas sociais como Patrícia Hill Collins (1990), trazem a idéia de matriz da dominação - conceito em que raça, classe social e gênero compõem um sistema de opressão inter-relacional – a autora propõe que as mulheres negras e outros grupos marginalizados sejam colocados no centro das análises, abrindo a possibilidade de diálogo na instância conceitual, invertendo o foco das pesquisas para a observação de outros fatores que possam elucidar melhor cada contexto específico. Entendendo o sistema de opressão no caráter dinâmico das relações sociais.

Neste sentido, por exemplo, a mulher branca é constrangida por sua condição de gênero, mas é privilegiada por sua condição de raça. Dependendo do contexto, um mesmo individuo pode ser opressor, membro de um grupo oprimido ou simultaneamente opressor e oprimido. Em outras palavras, a idéia de existência de uma matriz da dominação demonstra

que a relação opressor-oprimido não é fixa, mas referencial, dinâmica e muitas vezes simultânea.

Segundo Patrícia Hill Collins, em oposição a um sistema aditivo (equação: gênero + classe social + raça = experiência da mulher) ou de abordagem separada dos sistemas de opressão (gênero e seus “recortes”), é necessário notar o problema mais fundamental das relações sociais de dominação, isto é, raça, classe e gênero constituem os eixos de opressão que caracterizam as experiências das mulheres negras dentro da mais generalizada matriz da dominação, propondo sistema interativo de opressão. Segundo a autora, outros grupos podem ainda encontrar diferentes dimensões, tais como a orientação sexual, a religião, a geração, demonstrando assim a multiplicidade do sistema de opressões.

Débora King (1988), na mesma linha de questionamento sobre os equívocos de uma abordagem monolítica do conceito de gênero, debate a especificidade da experiência e consciência de gênero para a mulher negra e propõe o conceito do Múltiplo dano [Multiple jeopardy] ao se referir a uma abordagem que conseguiria capturar as dimensões desta experiência. Segundo a autora, uma abordagem múltipla e um modelo interativo, o qual ela nomeou “multiple jeopardy” (múltiplo dano), seria mais adequado para entender o fato do racismo, sexismo e classismo operarem de forma independente e simultaneamente articulados no sistema de opressão. Nele, múltiplos não significam muitos, mas simultâneas opressões de múltiplas relações entre si, sinteticamente a equação sugerida para esta explicação seria: racismo multiplicado por sexismo multiplicado por classismo.

Estas idéias já aparecem em outras autoras desde a década de 70 como, por exemplo, Ângela Davis (1981) que, em seus textos, discute o lugar da mulher negra na sociedade de classes, na comunidade de mulheres e na comunidade negra, também denunciando a superficialidade de abordagens analíticas entre gênero e raça, nas quais mulheres e negros constituem categorias universais. Isto acarretaria em análises incompletas, tanto nas pesquisas sobre a mulher, pois estas focalizam a experiência das mulheres brancas, quanto nas sobre a população negra, pois enfatizam a experiência do homem negro, resultando na invisibilidade das mulheres negras em ambos os casos¹³.

Uma outra importante contribuição de Davis para os estudos de violência centraliza-

¹³ Ainda a intelectual Audre Lorde aponta para a invisibilidade das lésbicas negras e das/os jovens negras/os nestes mesmos modelos de estudo. Ver Lord (1984).

se na proposta de desconstrução consciente das visões distorcidas e negativamente estereotipadas a respeito das mulheres afro-americanas como estratégia de prevenção da violência contra a mulher negra.

Hooks (1989), aponta que a maior parte da teoria feminista vem de mulheres privilegiadas que vivem no centro, suas perspectivas sobre a realidade raramente incluem o conhecimento e consciência das mulheres e homens que vivem na margem. Como consequência, a teoria feminista carece de análises que compreendam a variedade das experiências humanas.

O quadro apresentado indica a necessidade de estudos aprofundados que levem em consideração as questões referentes às relações sociais de gênero, raça e classe como elementos inter-relacionados nas pesquisas e análises em Ciências Sociais. Tendo em vista esta problemática, propostas teórico/analíticas, como a concepção de gênero na perspectiva do feminismo negro, oferecem instrumentais e reflexões para o arcabouço intelectual do conhecimento científico.

As análises que serão apresentadas nos capítulos 3 e 4 consideram as questões referentes às relações sociais de gênero, raça e classe como elementos inter-relacionados. Porém o estudo aqui proposto não alcança as possibilidades analíticas de classe se resguardando a abordagens que contemplam o nível educacional e sócio-espacial de análise.

CAPÍTULO 2 - Materiais e Métodos

Os estudos mais recentes sobre mortalidade por causas externas na área da saúde pública e demografia, desde a década de 80, têm concentrado seu olhar no impacto da violência na mortalidade masculina jovem nas grandes cidades, diagnosticando seu crescimento até o ano 2000 e subsequente queda nos números de morte após esta data. Porém, estes estudos quase sempre deixaram de fora a análise das mortes violentas entre as mulheres.

Com o objetivo de estudar as formas de violência urbana e doméstica contra a mulher através da análise das mortes por agressão/homicídios contra mulheres, assim como as possíveis conexões, similaridades e diferenças de raça/cor destes óbitos, esta pesquisa procurou combinar diferentes fontes de informação. Utilizamos dois tipos de fonte de dados de mortalidade: as Declarações de Óbito¹⁴ (DO) de 2000 a 2005 e os Boletins de Ocorrência¹⁵ (BO) de 2005. Para as informações sobre o perfil da população exposta ao risco de morte foram utilizados o Censo Demográfico 2000, de responsabilidade do IBGE e as projeções populacionais elaboradas pelo SEADE. A unidade espacial de análise foi o Município de São Paulo. O critério para a delimitação do período temporal foi o momento em que começa a haver um declínio das taxas de homicídio no Município de São Paulo, restringindo a análise ao primeiro quinquênio da década de 2000.

O foco da análise é constituído pelas mulheres, utilizando o caso masculino como parâmetro comparativo a fim de evidenciar semelhanças ou diferenças. Uma preocupação presente neste trabalho é a de comparar os resultados não apenas por sexo, mas, também, levar em conta os grupos de idade e a variável raça/cor sempre que possível. Para dar conta das diferenças sócio-econômicas, lançamos mão das informações acerca do local de residência de mulheres vítimas de homicídio do ano de 2000 a 2005, disponíveis nas DO's no sistema de informação do SEADE, como estas informações construímos mapa apresentado no capítulo 3 desta dissertação.

Gawryszewski e Mello Jorge (2000), em pesquisa sobre mortalidade por causas violentas no Município de São Paulo, utilizaram a análise por distrito do local de residência, com o objetivo de estabelecer parâmetro relativo à condição sócio-econômica

¹⁴ Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/MS)

¹⁵ Sistema de Informações Criminais (INFOCRIM/SSP- SP)

das pessoas que morreram. Demonstram que a distribuição espacial por tipo de causa de morte não é homogênea no Município de São Paulo. Os coeficientes de mortalidade segundo distritos revelam a desigualdade social existente na ocupação do espaço urbano e expressa na morte violenta.

2.1 - Fontes de Informação sobre Mortalidade: Limitações e Potencialidades

As informações analisadas nesta pesquisa são provenientes, como mencionado, de duas fontes de pesquisa diferenciadas: as Declarações de Óbito e os Boletins de Ocorrência.

Como esclarecem Mello Jorge; Gawryszewski e Latorre (1997), as Declarações de Óbito são recolhidas periodicamente por órgãos estaduais, no caso do Estado de São Paulo a Fundação SEADE. Estes órgãos são responsáveis pela digitalização e análise das informações. A DO é preenchida pelo médico (ou perito-legista, no caso de morte por causas não naturais) e deve ser levada ao cartório de Registro Civil. As informações são, depois, transferidas para os órgãos de estatística estaduais e, em seguida, para o Ministério da Saúde, que administra desde 1975 o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM/MS). O Sistema de Informação de Mortalidade tem nível nacional e foi responsável pela implantação de modelo padronizado de Declaração de Óbito. Não existe diferença numérica entre os óbitos trabalhados pelos órgãos estaduais e aqueles computados pelo sistema nacional. As diferenças existentes dizem respeito ao nível de desagregação de dados disponibilizados em nível estadual, a exemplo de algumas variáveis da declaração, que não constam no banco de dados do SIM/MS, como o bairro de residência da vítima. As informações provenientes das DO's não são imunes às dificuldades, como esclarecem Mello Jorge; Gawryszewski e Latorre:

Especificamente com relação às causas externas, a Declaração de Óbito constitui-se em boa fonte de informação do ponto de vista quantitativo, mas apresenta algumas falhas quanto à sua qualidade, pela seguinte razão: na parte internacional do modelo de Declaração de Óbito (atestado médico)- local destinado à colocação das causas de óbito - os legistas, após necropsia, às vezes, em número não pequeno de casos, fazem menção à natureza das lesões que levam à morte sem se referirem aos tipos de acidentes/violência que ocasionaram essas lesões. As

regras internacionais existentes para o preenchimento dos atestados determinam que, nesses casos, como já foi visto, devem ser colocados os dois tipos de informações (Laurenti e Mello Jorge, 1987). É esse o motivo pelo qual vão ocorrer óbitos por ‘causas externas de tipo ignorado’, para algumas áreas, em quantidade não desprezível, fato prejudica o estudo das mortes por acidentes e violência de vez que, somente conhecendo a ocorrência/distribuição de cada um de seus tipos, será possível preveni-los” (MELLO JORGE; GAWRYSZEWSKI; LATORRE, 1997, p.7).

O número de óbitos utilizado na presente dissertação foi o correspondente aos óbitos por causas externas do tipo ‘agressão’, segundo a CID 10, ocorridos no Município de São Paulo nos anos de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005, sempre segundo residência da vítima. Em alguns momentos a pesquisa procurou contrastar esta causa de morte às demais causas de morte descritas e incluídas na CID 10, como será descrito em detalhe no tópico relativo à metodologia.

As variáveis analisadas das DO's são, como já mencionado, sexo, idade e raça/cor. Sobre a variável sexo, priorizamos a análise dos dados da mortalidade feminina, utilizando os dados masculinos como contraste a fim de permitir um olhar relacional por gênero. Sobre a variável idade, os dados foram agrupados, para minimizar possíveis variações aleatórias, uma vez que, para o caso feminino, o número total de óbitos é numericamente reduzido. Os grupos de idades escolhidos tentaram refletir, na medida do possível, as etapas do ciclo de vida feminino, nas quais a morte violenta pode assumir distintas características. São eles: 0 a 14 anos, que cobre o período de infância e de entrada na adolescência; de 15 a 24 anos, que corresponde à juventude; de 25 a 34 anos, que compreende os adultos jovens; de 35 a 44 anos, correspondente à fase adulta e, no caso das mulheres, ainda reprodutiva; e 45 e mais anos, compreendendo grosso modo mulheres além do período reprodutivo. Sobre a variável raça/cor, decidimos trabalhar apenas com as categorias Branca e Negra. No caso desta última, considerou-se Negra a população identificada como Preta ou Parda, agregando os dois atributos de raça/cor. Mantivemos o grupo Cor Ignorada, utilizando-o como elemento de controle da qualidade da informação, dado ao fato de ser variável que apenas foi introduzida em anos recentes nas DO's. Os grupos de cor Amarela e Indígena foram excluídos dos totais, por apresentarem volume extremamente reduzido.

De fato, a análise da variável raça/cor diretamente com informações do próprio corpo da DO não era possível até o ano de 1995, o que dificultava análises que procurassem identificar diferenciais étnico-raciais. À falta deste tipo de informação, inúmeras pesquisas, a exemplo de Cunha (1990), utilizam técnicas indiretas aplicadas à informações da amostra do censo demográfico¹⁶, isto para alcançar o objetivo de estudar as estimativas de mortalidade que expressassem a distribuição por raça/cor. Como argumenta Batista (2002):

(...) Até 1995 não havia o item raça/cor nos atestados de óbitos; somente em 1996 o Ministério começa a distribuir os formulários/atestados de óbito que continham esse quesito e passou-se, assim, a ter no Estado, aproximadamente, três tipos de formulários, muitos sem o item em questão. À medida que tais formulários acabavam, eram substituídos pelos que possuíam o item raça/cor e, conseqüentemente, houve uma melhora na qualidade desta informação. [...referindo-se a dados encontrados em suas análises...] em 1996, do total de óbitos, 87% não tinha indicação de qual era a raça/cor e, em 1999, esse percentual era de 13,0% e 14,6% para homens e mulheres, respectivamente. Para o ano 2000, esse percentual era de 7%” (BATISTA, 2002, p.18).

Destaca-se o tipo de classificação racial utilizada nas Declarações de Óbito é a chamada hetero-classificação. Isto significa que não é o próprio sujeito quem define qual das descrições de cor/raça melhor se adequa a cada caso.

Em seguida são apresentados os resultados do exercício de observação da evolução da cor ignorada nos óbitos, para o quinquênio analisado, acrescentando aos dados do Município de São Paulo aqueles relativos ao Brasil e ao Estado de São Paulo, especificamente para o tipo de óbitos estudados, que são os de ‘agressão’¹⁷. O cálculo utilizado foi o de proporção dos óbitos com cor ignorada em relação ao total de óbitos por agressão nestes anos, por sexo. O que pudemos observar é que para a unidade de análise em questão neste trabalho – o Município de São Paulo – a ausência de informação de raça/cor é não somente decrescente, mas com índices muito reduzidos, sempre inferiores a 1%, para homens e mulheres, chegando a 0,08% e 0,44% para homens e mulheres, respectivamente,

¹⁶ Em Cunha (1990) são utilizadas as técnicas de Brass. Para casos mais específicos e para a averiguação de outras variáveis da amostra do censo ainda são necessários e de extrema utilidade os métodos indiretos de cálculo.

¹⁷ Os óbitos por agressão são identificados na CID 10- BR como X85-Y09 no capítulo XX Causas externas de mortalidade.

em 2005. A avaliação resultante é que as pequenas deficiências no registro das informações sobre raça/cor em si não é um empecilho para o estudo aqui realizado.

Tabela 1 - Percentual de Cor Ignorada nos Óbitos por Agressões, Brasil, Estado de São Paulo, e Município de São Paulo, Masculino e Feminino, 2000-2005

Óbitos por Causas Externas: Agressão – Brasil- SP- SP, por Residência							
Sexo: Masc/Fem - Raça/Cor: Ignorado							
Período: 2000-2005							
		2000	2001	2002	2003	2004	2005
Masculino	Mun. SP	0,56	0,71	0,38	0,09	0,11	0,08
	Est. De SP	0,99	0,85	0,65	0,20	0,26	0,13
	Brasil	7,91	7,43	7,27	6,98	6,79	6,73
Feminino	Mun. SP	0,72	0,25	0,56	0,28	0,00	0,44
	Est. De SP	2,78	2,00	1,62	1,07	0,46	0,52
	Brasil	8,84	9,14	8,56	7,75	7,23	7,11

Fonte: SIM/MS.

A outra fonte utilizada são os Boletins de Ocorrência do ano de 2005. Estes BO's registraram homicídios dolosos e qualificados contra vítimas mulheres, fatais ou não, no Município de São Paulo. Os mesmos foram solicitados por via institucional¹⁸ e disponibilizadas pela Secretária de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), em meio digital através do sistema INFOCRIM.

Antes de detalhar as informações dos BO's efetivamente utilizadas é necessário que façamos uma breve descrição do seu formato e sistema de captação dos dados. O Boletim de Ocorrência é um documento da Segurança Pública, utilizado pela Polícia Civil para o registro da notícia do crime, isto é, para transcrever a comunicação oral do notificante processual na unidade policial - Distrito Policial (DP) - e registrar as providências preliminares adotadas. O BO é o primeiro documento oficial a registrar o fato e será peça fundamental para o prosseguimento ou não de Inquérito Policial¹⁹. É um documento que sintetiza os fatos, personagens e circunstâncias do evento, por isso é de grande valor para a pesquisa.

¹⁸ Os dados foram solicitados através do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP).

¹⁹ No caso dos homicídios, o registro é compulsório.

O BO é dividido em quatro partes²⁰: 1) Preâmbulo: contém dados sobre a unidade policial, natureza da ocorrência, local da ocorrência, hora do fato e hora da comunicação; 2) Corpo: descreve e identifica as partes envolvidas no fato²¹ (vítimas, suspeitos, agressores, testemunhas); 3) Histórico: narrativa do fato contada por diversas e distintas vozes (testemunhas, policial, investigador, vítima) e transcrita pelo intermediador: o “escrivão”, seguindo uma orientação geral para este item do BO, que se refere à necessidade da narrativa conter respostas a 7 perguntas: o quê?, onde?, quando?, como?, por quê?, quem (vítima)? e quem (autor)?; 4) Apêndices: parte destinada a comunicações diversas, requisições de perícias, ofícios, etc. (QUEIROZ, 2000). Não há uma descrição normatizada de como preencher estas informações, existindo apenas recomendações gerais para o preenchimento e relativas às partes fundamentais que devem constar neste documento. A eleição das variáveis e a redação da narrativa são mais baseadas nas práticas e entendimentos dos próprios policiais.

Esta pesquisa optou por utilizar variáveis escolhidas do ‘preâmbulo’ e do ‘corpo’ dos BO’s, bem como as informações contidas nas narrativas do ‘histórico’. Este tipo de fonte de informação já é utilizado por estudos principalmente da sociologia, antropologia, análise do discurso e história. O exemplo mais recente é o estudo de Blay (2008), *Direitos humanos e assassinato de mulheres*, que analisou o perfil das vítimas e agressores nos homicídios de mulheres através dos Boletins de Ocorrência²² do ano de 1998. Na área da demografia esta fonte é ainda pouco explorada, com iniciativas pioneiras em curso principalmente desenvolvidas na fundação SEADE.²³

Anteriormente ao ano de 2000, estudos que se propusessem a utilizar os BO’s tinham forçosamente que passar pelo processo de seleção manual das informações em cada BO, identificando o tipo de agressão, local, etc. e passar pelo processo de digitalização dos dados disponíveis em papel, nos arquivos da SSP-SP, o que aumentava o tempo e os gastos necessários, muitas vezes inviabilizando a pesquisa. A partir de setembro de 2000, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), deu início ao Sistema de

²⁰ O BO, no formato que conhecemos hoje para o Estado de São Paulo, foi criado em janeiro de 1956.

²¹ Também a descrição de veículos, armas e objetos relacionados ao fato.

²² Esta pesquisa inspirou a metodologia e tema aqui estudado.

²³ Tese de Doutorado em Demografia de Paulo Borlina Maia, a ser defendida em 2009, faz uso de dados da Secretaria de Segurança Pública, pareados com os dados do SIM/MS para acidentes com veículos no Município de São Paulo. Veja-se Maia (2009)

Informações Criminais (INFOCRIM). “O INFOCRIM é um sistema on-line que disponibiliza informações criminais geradas a partir dos Boletins de Ocorrência (BOs) elaborados nos Distritos Policiais. Dados como local, data e horário, características físicas dos envolvidos, modo de agir e outras particularidades, são apresentados em planilhas, gráficos e mapas...” (INFOCRIM/ SSP- SP, s/d).

Este sistema oferece múltiplas possibilidades de investigação mas, no que diz respeito aos objetivos desta pesquisa, a vantagem foi permitir o acesso de maneira digital à determinadas partes descritivas com variáveis fechadas dos BO’s, em formato de planilha Excel e mais a leitura de arquivo paralelo – relacionado ao arquivo anterior pelo número do Boletim de Ocorrência - com o texto dos históricos em formato HTML.

As variáveis priorizadas nesta fonte foram também idade, sexo e raça/cor. Mais uma vez, os questionamentos e implicações da utilização do quesito raça/cor se fez presente. Diferentemente das Declarações de Óbito, nos BO’s as categorias apresentadas são: Branca, Vermelha, Amarela, Parda e Negra. Optamos por agregar as categorias Parda e Negra em uma só categoria – Negra – analogamente ao feito com os dados das DO’s e do censo demográfico. Os grupos de cor Amarela e Indígena foram excluídos dos totais, por apresentarem volume extremamente reduzido. O tipo de classificação racial dos BO’s, assim como das DO’s, é a hetero-classificação.

Comparação dos totais de óbitos registrados em três documentos oficiais distintos em 2005: SEADE: 225 óbitos; SIM: 225; SSP: 205.

Informações sobre população:

- Censo Demográfico 2000, população residente no Município de São Paulo, por sexo, idade, raça/cor;
- Projeções Populacionais 01-06, por sexo e idade; Município de São Paulo; Município de São Paulo.

Informações sobre região:

- Malha dos distritos e favelas do Município de São Paulo, segundo CEM/CEBRAP, 2000.

2.2 - Metodologia de Análise da Violência Através de Dados de Mortalidade: Desafios da Intersecção de Raça e Gênero

Durante a elaboração e eleição da metodologia mais adequada para a análise da violência doméstica e urbana contra a mulher expressa nos homicídios encontramos vários obstáculos. As estratégias de superação destes são apresentadas ao longo dos parágrafos seguintes. No caso das mulheres, os óbitos por agressões são portadores de uma singularidade, por seu valor elucidativo no que diz respeito ao contexto da morte violenta. A morte violenta feminina pode resultar da relevância da violência urbana e da violência doméstica ou de gênero. Por esta razão, optamos por utilizar distintas fontes de informação, provenientes das áreas da Saúde e da Segurança Pública, com linguagens e entendimentos bem diferenciados acerca do evento morte por agressão. As metodologias utilizadas representam uma tentativa de, simultaneamente, responder às perguntas de pesquisa e de se adequar aos tipos de documentos analisados.

Principais perguntas que norteiam esta pesquisa:

- 1) Qual o impacto do homicídio nas mortes femininas por causas externas? Pode-se dizer que exista na distribuição destes óbitos um diferencial de raça/cor?;
- 2) É possível estudar a violência urbana e doméstica contra mulheres através da análise da mortalidade por homicídio? Que tipo de abordagem/ método quantitativo/qualitativo melhor capturaria esta dimensão? Existe diferencial de raça/cor no contexto destas mortes?;
- 3) O Boletim de Ocorrência pode ser utilizado com fonte de pesquisas sobre mortalidade? Qual a utilidade desta fonte para pesquisas sobre mortalidade por violência doméstica e urbana contra mulher? Quais as possíveis conexões com as informações das Declaração de Óbito?;
- 4) Dada a situação de sub-registro dos casos de violência doméstica contra a mulher, será o caso do homicídio passível de estudo quantitativos sobre mortalidade por violência doméstica?

A sequência de apresentação da metodologia de análise segue a lógica de aprofundamento nas questões levantadas. Este trabalho consistiu no cálculo das taxas de mortalidade por agressões; mortalidade proporcional por causa; mortalidade proporcional por tipo de causa externa; mortalidade proporcional por tipo de agressão – Segundo informações da Saúde – e; frequências das variáveis descritivas das vítimas, agressores e ocorrência; análise qualitativa das narrativas dos históricos dos BO's – informações da Segurança Pública.

As taxas de mortalidade por agressões:

Genericamente, as taxas de mortalidade por homicídio são utilizadas como índice de violência urbana, sendo que o foco é comumente colocado no volume de mortes masculinas por meio de armas de fogo. Como mencionado anteriormente, no caso específico da mulher estas mortes expressam além da violência urbana, fatores ligados ao contexto da sua condição de gênero. Além disso, ainda são poucos os estudos que analisam este tipo de taxa desagregada por raça/cor. Por estas razões, o presente estudo se propõe a elaborar e analisar taxas de mortalidade específicas por sexo, idade e raça/cor para o quinquênio do ano de 2000 a 2005, para o período de cinco anos, sempre com o recorte espacial no Município de São Paulo.

O primeiro passo foi estabelecer a população exposta ao risco de morte, segundo as mesmas variáveis analisadas, já que esta taxa é exatamente uma relação entre o número de óbitos e a população exposta ao risco. Inicialmente foi necessário obter os dados da população por raça/cor, sexo e idade nos anos selecionados. A opção foi utilizar os dados censitários para a população em 2000 e projeções populacionais elaborados e disponibilizados virtualmente pela Fundação SEADE dos anos 2001 a 2005. Um primeiro problema enfrentado foi a ausência da discriminação de raça/cor nas projeções populacionais oferecidas pelo SEADE, o que foi resolvido aplicando a proporção de raça/cor da amostra do Censo Demográfico²⁴ nas faixas etárias por sexo da população

²⁴ Para obter dados censitários por cor recorreu-se a tabela 2093- “População residente por cor ou raça, sexo, situação do domicílio e grupos de idade”, que continha um problema: os grupos etários oferecidos População residente por cor ou raça, sexo, situação do domicílio não eram suficientes para a análise dos grupos de idade estudados. A opção foi utilizar a base de microdados do censo tabulados através do programa SPSS

projetada para os anos estudados. Consideramos, portanto, a proporção raça/cor como uma proporção constante de 2000 a 2005. Os grupos de idade estudados foram, como já mencionado: 0-14 anos; 15-24 anos; 25-35 anos; 35-44 anos; 45 anos e mais. Também como já especificado, consideramos apenas os grupos de raça/cor Branco e Negro, este último formado pela agregação das categorias Pardo e Preto do Censo. Note-se que as informações sobre raça/cor da população nos censos são coletadas utilizando o critério de auto-classificação.

O segundo passo foi a obtenção das informações referentes aos óbitos no SIM/MS. Selecionamos os óbitos por agressão (CID10), classificando-os por sexo, raça/cor e faixas etárias, utilizando os mesmos critérios e o mesmo recorte espacial para os anos de 2000 a 2005.

Para a taxa do período de 2000 a 2005, a base população foi a média simples da população de 2002 e 2003 no meio do período, ajustada por raça/cor segundo Censo Demográfico 2000. Os óbitos correspondem às médias simples dos óbitos dos períodos estudados.

A fórmula aplicada foi:

$$mx(n) = D(n) / P(n) * 100.000 \quad 25$$

Cálculo das mortalidades proporcionais:

Os cálculos da mortalidade proporcional foram elaborados com o objetivo de estudar relações entre: Causas externas e todas as causas de mortalidade; Agressões e outros tipos de morte por causas externas; Tipos de meio de agressão.

Todos os cálculos foram efetuados considerando sexo, grupo de idade e raça/cor, segundo os mesmos critérios utilizados na elaboração das taxas. As informações dizem respeito à soma dos óbitos no período de 2000 a 2005. Dados dos óbitos por residência.

²⁵ Onde, a taxa de mortalidade por homicídio específica de certo sexo, grupo de idade e raça/cor e determinado período é igual as mortes por agressão segundo estas variáveis e períodos divididos pela população segundo estas mesmas variáveis e período multiplicado por 100.000.

Análise das informações dos BO's:

Considerando as limitações quanto à contextualização das mortes por homicídio através de informações provenientes da área da saúde, esta pesquisa lançou mão do estudo qualitativo dos BO's do ano 2005. As fontes utilizadas na área da saúde, em especial as Declarações de Óbito, oferecem informações apenas sobre a vítima sendo, portanto, unilateral. Os BO's oferecem informações sobre autor da agressão e suas circunstâncias, registrando homicídios dolosos e qualificados, além de agressões que não resultaram em morte da vítima. O BO é, neste contexto, fonte de pesquisa privilegiada por ser multilateral expondo as diversas relações entre envolvidos e circunstâncias do caso.

Tendo como objetivo entender as especificidades destes óbitos no caso feminino. Adotamos uma metodologia de análise contendo três estratégias de abordagem diferenciadas. São elas:

- Análise das frequências das informações descritivas para um conjunto de variáveis envolvendo **Perfil da Vítima** (sexo, idade, escolaridade, raça/cor); **Características do Agressor** (sexo e relação com a vítima); e **Características da Agressão** (se fatal ou não, local, meio utilizado). Das variáveis consideradas, apenas a relação vítima-agressor foi construída a partir das narrativas dos crimes. Foi construído um banco de dados em SPSS, e computadas as frequências simples a partir de categorias previamente definidas a partir de uma análise preliminar dos dados;
- Análise das narrativas acerca dos episódios, constante dos históricos dos Boletins de Ocorrência. Com informações referentes às circunstâncias de morte, os atores envolvidos e as motivações da agressão, alegadas por testemunhas, construímos a variável **Motivação do Crime**. Esta variável foi incorporada ao banco de dados;

- Análise das narrativas constantes dos históricos dos BO's, com a identificação de tipos de crimes, e construção de novas narrativas típico-ideais de casos que mais se repetiram, com a finalidade de ilustrar as situações de violência contra a mulher mais recorrentes.

A seguir estão listadas as informações contidas na parte descritiva dos BO's que foram exploradas no estudo, visando o maior conhecimento das características e especificidades dos homicídios contra as mulheres:

Faixas etárias das vítimas: 0-14, 15-24, 25-34, 35-44, 45+.

- Escolaridade da vítima: analfabeta, primeiro grau, segundo grau, superior e não declarado;
- Região de nascimento da vítima: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul e Não declarado;
- Raça/cor da vítima: branca, negra e não declarada;
- Estado Civil da vítima: Solteira, Casada, Separada ou viúva e Não declarada;
- Sexo do agressor: masculino ou feminino e não declarado.

Do histórico foram trabalhadas as informações de contexto destas mortes:

- **Relação entre agressor-vítima:** Afetiva e/ou conjugal (amante, companheiro, amásio, esposo, ex-companheiro ou amásio, ex-marido, ex-namorado, namorado); Conhecido (vizinho, conhecido, porteiro, colega de trabalho); Familiar I (pai, padrasto); Familiar II (filho, enteado); Outro parente (cunhado, ex-cunhado, genro, irmã, irmão, primo, tio); Desconhecido; Não declarado;
- **Tipo de agressão:** Fatal; Não fatal e Não declarado;
- **Motivação da agressão:** Amoroso (amoroso/briga conjugal/ciúmes/recusa reatar/recusa relacionamento/amorosa com

agressão e roubo/separação); Brigas (briga familiar/brigas); Roubo/seqüestro/estupro + seqüestro; Encomenda/vingança; Vítima casual/tiroteio; não declarada;

- **Meio da agressão:** Arma de fogo; Objeto contundente/ objeto cortante/ perfurante; Enforcamento/ estrangulamento/ sufocamento; Veículo; Outra: queimada/ queda/ agressão sexual (aqui em apenas 2 casos o meio é identificado como agr. sexual, quando há mais casos de vestígios de agressão sexual); não declarado;
- **Local da agressão:** Residência/ defronte a residência; Bar/ restaurante/ lanchonete/ área recreação; Via pública; Outros (inclui hospital); Não declarado.

As narrativas selecionadas são analisadas com o objetivo de evidenciar a recorrência de padrões para essas agressões. Elas correspondem as seguintes tipologias:

- Amorosa
- Conjugal
- Familiar (dinâmica familiar)
- Vingança (contra a vítima)
- Vingança (em lugar de outro: vítima casual)
- Brigas (em bares, bailes, gangues, grupos)
- Indeterminado com violência sexual
- Indeterminado sem violência sexual

Importante notar que fizemos vários agrupamentos afim de objetivar as análises.

CAPÍTULO 3 - Mortalidade Feminina Devido às Causas Violentas: Análise das Informações do SIM

No Brasil, os estudos relativos à mortalidade por causas externas, ou causas violentas - que incluem os homicídios, suicídios, acidentes de trânsito e outros acidentes - têm ganhado importância nas últimas décadas, principalmente devido à intensificação das mortes por homicídios entre 1980 e o final dos anos 1990. Como ressaltam Lozada et al. (2009), o crescimento expressivo destas mortes e suas ligações com os problemas urbanos atuais, vêm motivando diversos estudos sobre o fenômeno. Estes estudos utilizam como fonte os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), que por sua vez são coletadas das Declarações de Óbito.

Mello Jorge (1981) considera que a discussão relativa aos tipos particulares de mortes violentas, principalmente da área epidemiológica, também nos traz aspectos novos que podem servir a novas hipóteses e entendimentos do problema. Vários estudos internacionais assinalam que essas mortes não podem ser consideradas inevitáveis e que as medidas preventivas elaboradas não se devem contentar com senso comum sobre violência e sim apoiar-se em pesquisas. Segundo a autora, a informação sobre quem é vulnerável, em que grau e por que motivos o é, deve orientar e informar todas as estratégias de prevenção e investigação dos eventos.

Apesar da extensa literatura na Demografia e na Saúde Pública sobre as tendências recentes das mortes violentas, e seus impactos no perfil da mortalidade da população brasileira, pouco tem sido explorado a respeito das especificidades referentes à população feminina. Certamente, dentre os principais motivos estão os baixos índices de mortalidade por homicídios entre as mulheres, causa violenta que atinge primordialmente homens jovens e jovens adultos.

Considera-se, entretanto, que as informações das DOs, que incluem informações demográficas sobre as vítimas e algum detalhamento sobre as formas como as agressões (homicídios) foram infringidas, podem contribuir para um maior conhecimento e possibilidade de prevenção da violência contra a mulher.

Waiselfisz (2007) argumenta em seus estudos sobre o porquê da utilização das mortes por violência como indicador geral de violência na sociedade. Para ele, apesar da

violência ser muito mais ampla que aquela expressa nas mortes por causas externas - dado que nem todas as agressões desencadearem um processo de morte - as mortes violentas revelam um grau extremo de violência. Com isso o pesquisador aponta para a forte relação entre a intensidade dos tipos de violência com as mortes que cada um deles provoca. Outro argumento utilizado pelo pesquisador é a ausência de registros de queixas de outras formas de violência o que, no caso da mulher, é ainda mais dramático, pois existe toda uma naturalização e tabu em torno da agressão contra a mulher, além do impasse existente oriundo do tipo usual de relação entre vítima e agressor e as implicações de uma denúncia.

Esse capítulo tem por objetivo, portanto, estudar as singularidades dos óbitos por agressões entre as mulheres e seu valor elucidativo tanto para as questões referentes ao impacto da violência urbana quanto da violência doméstica na mortalidade feminina. Pretende-se pensar nas possíveis contribuições da correlação entre mortalidade feminina por homicídio e violência contra a mulher. Genericamente, as taxas de homicídio no caso masculino são utilizadas como uma das maneiras de medir a violência urbana, principalmente no que diz respeito aos óbitos por armas de fogo (AIDAR, 2003; PEREZ, 2004). No caso das mulheres, outros aspectos entram em jogo.

Em primeiro lugar, serão apresentados em linhas gerais os níveis e tendências recentes da mortalidade por causas externas no Brasil, Estado e Município de São Paulo. Posteriormente se apresentam análises mais detalhadas quanto à mortalidade segundo sexo, por grupo de idade, raça/cor e os tipos das agressões, focalizando o Município de São Paulo. Finalmente, são exploradas as possibilidades das fontes de informação utilizadas para apontar diferenças, conexões e similaridades entre óbitos femininos e masculinos. Neste capítulo utilizamos como fonte de pesquisa as Declarações de Óbito (DO), sob Classificação Suplementar de Causas Externas, Lesões e Envenenamentos, Código E da Classificação Internacional de Doenças (CID), 10.^a Revisão. O principal esforço é caracterizar comparativamente estes óbitos por agressão segundo sexo, idade e raça/cor.

3.1 Mortes por Causas Violentas no Brasil, Estado de São Paulo e Município

As taxas de mortalidade por causas externas e de mortalidade por agressão foram calculadas para a população residente do Brasil, do Estado e do Município de São Paulo,

calculando-se a média do período de 2000 a 2005. As variáveis analisadas foram sexo e grupo de idade. O objetivo é evidenciar a situação das mortes violentas no Município de São Paulo no contexto do seu estado e país. O que aconteceu com essas taxas no contexto nacional, estadual e municipal, segundo as variáveis analisadas?

O que podemos notar na tabela 2 é que, no Brasil, as mortes por agressão correspondem a 42,4 % das causas externas de morte, sendo que para o Estado de São Paulo esta proporção sobe para 45,9% e para 58,3% dos casos masculinos no Município de São Paulo. Para as mulheres os homicídios têm peso menor no conjunto das causas externas, sendo no Brasil, Estado e Município de São Paulo, respectivamente 19,6%, 20,8% e 25,5%. Ou seja, assim como para os homens, as mortes femininas por agressão apresentam um quadro mais agravado no Município de São Paulo.

Os diferenciais por grupos de idade das taxas de mortalidade por causas externas apresentam comportamento muito similar entre homens e mulheres, sendo as maiores taxas observadas concentrada na faixa etária de 15 a 24 anos, com exceção do caso da média nacional para os homens, que apresenta maior concentração entre 24 e 35 anos.

Também para as mortes devido a agressões as maiores taxas são observadas para a população entre 15 e 24 anos, para todas as áreas estudadas, tanto para homens quanto para as mulheres. Uma observação pertinente é sobre a quantidade de óbitos por 100.000 habitantes de 15 a 24 anos, que apresenta uma importância quantitativa maior entre os homens. Dentre a população masculina, são 100,5 por 100.000 habitantes no Brasil, 136 no Estado e 194,4 no município de São Paulo. No caso feminino são 6,8 no Brasil, 9 no Estado e 11,4 no município. Como apontado anteriormente, apesar dos desníveis entre homens e mulheres, o padrão se assemelha. Tal como entre os homens, os índices femininos são maiores no Estado de São Paulo que a média brasileira, sendo maior ainda na Capital, tanto para o total das causas externas, mas especialmente para os homicídios.

Em média quase 4.000 mulheres morreram assassinadas anualmente entre 2000 e 2005, quase 1.000 no estado de São Paulo, sendo 338 somente no município de São Paulo. Estes dados sinalizam para a necessidade de nos determos mais nas mortes femininas por causas externas, mortes evitáveis e que indicam deficiências quanto à saúde e segurança de vida das mulheres.

Tabela 2 - Taxa de Mortalidade por Causas Externas e Agressões (Homicídios), Média Anual de Homicídios, por Sexo e Faixa Etária - Brasil, Estado de São Paulo e Município de São Paulo, 2000 a 2005

Grupo Etário	Homens			Mulheres		
	Brasil	São Paulo Estado	Município	Brasil	São Paulo Estado	Município
Causas externas (óbitos anuais por 100.000 habitantes)						
0 a 14	19,4	19,5	17,2	10,8	10,6	9,4
15 a 24	171,9	217,0	263,9	20,3	23,1	23,8
25 a 34	189,4	215,7	233,3	20,2	20,8	19,9
35 a 44	157,2	166,6	165,5	20,8	20,2	18,1
45 anos ou mais	147,0	154,1	144,0	40,6	45,3	43,3
Total	121,2	142,0	153,2	22,1	24,4	23,8
Agressões (óbitos anuais por 100.000 habitantes)						
0 a 14	2,2	2,6	3,7	1,1	1,2	1,5
15 a 24	100,5	136,0	194,4	6,8	9,0	11,4
25 a 34	98,5	123,2	162,0	7,1	8,2	9,7
35 a 44	61,6	69,7	90,6	5,8	6,1	7,1
45 anos ou mais	32,3	30,7	37,2	3,4	3,2	3,3
Total	51,4	65,2	89,4	4,3	5,1	6,1
% dentre as C.Ext.	42,4%	45,9%	58,3%	19,6%	20,8%	25,5%
Média Anual de Agressões						
0 a 14	578	131	49	283	59	19
15 a 24	17.763	5.051	1.946	1.202	338	120
25 a 34	13.462	3.942	1.456	1.007	269	93
35 a 44	7.059	1.911	675	701	179	60
45 anos ou mais	5.583	1.242	405	659	149	47
Total	44.444	12.276	4.532	3.852	995	338

FONTE: Sistema de Informação de Mortalidade - SIM/ DATASUS/MS. Tabulações próprias.

3.2. - Quadro Comparativo das Mortes por Agressão Segundo Raça/Cor, Sexo e Grupos de Idade no Município de São Paulo - Abordagens Possíveis Através do SIM

Pesquisas como a elaborada pelo Núcleo de Estudos da Violência- NEV/ USP sobre mortalidade por armas de fogo apontam para diferenciais relevantes da chance de ser vítima de homicídio por armas de fogo segundo grupos populacionais diferenciados por sexo, idade e região. Denunciando não apenas as desigualdades no risco de morte como, também, associando estas assimetrias à distribuição desigual dos direitos sociais e civis na sociedade brasileira, o estudo chama a atenção para o crescimento das taxas de homicídio como um problema social e de saúde pública a ser combatido no Brasil (PEREZ, 2004). Outros

diagnósticos, como o *Relatório de Direitos Humanos no Brasil: Racismo, pobreza e violência*, aprofundam a discussão analisando os diferenciais de raça/cor na distribuição e tipo de óbito (LOPES, 2005).

A proposta de avaliar os diferenciais de raça/cor através de taxas é uma tentativa de evidenciar as relações internas ao risco de morte por causas externas e a importância do pertencimento a determinados grupos de sexo, raça/cor e grupos de idade, além de controlar os efeitos da composição da população na interpretação. Um obstáculo encontrado neste trabalho consistiu na própria dificuldade de acesso a informações sobre perfil da população por raça/cor em anos não censitários, já que para a elaboração das taxas além da informação de cor nos óbitos (que trata do quesito desde 1995), são necessárias as informações referentes à população nos anos estudados que no caso deste estudo foi de 2000 a 2005. A estratégia encontrada por esta pesquisa foi utilizar as projeções populacionais elaboradas pela fundação SEADE de 2001 a 2005, segundo sexo e grupos de idade, contornando a ausência da informação de raça/cor aplicando as mesmas proporções observadas no censo de 2000 para o período de 2001 a 2005.

As taxas de mortalidade por causas externas para a população residente do município apontam para diferenciais por raça/cor, sexo e idade na incidência desta causa de morte proporcionalmente às demais causas de morte (Tabela 3). As taxas de mortalidade por causas externas concentram-se na faixa etária de 15 a 24 anos e é maior para os homens negros nesta faixa etária (231 por 100 mil homens brancos e 390 para homens negros). A segunda faixa etária de maior incidência desta causa é de 25 a 34 anos, mantendo-se o diferencial por raça/cor (respectivamente 205,3 e 301,2 para cada 100 mil homens brancos e negros). Em ambos os grupos etários a taxa de mortalidade por causas externas é muito maior que as demais causas de morte.

As taxas de mortes violentas entre as mulheres são em média 10 vezes menores que as masculinas, mas guardam relações com as demais mortes e diferenciais por idade e raça/cor semelhantes às masculinas. Elas concentram-se no grupo de idade de 15 a 24 anos e são 1,3 vezes maiores para mulheres negras, com taxas de 23,8 para cada 100 mil mulheres brancas e 30,7 para mulheres negras. Como para os homens, neste grupo de idade as causas externas são a primeira causa de morte entre as mulheres do Município de São Paulo.

Tabela 3 - Taxa de Mortalidade por Causas Externas e Demais Causas, por Raça/Cor, Sexo e Faixa Etária - Município de São Paulo, 2000 a 2005

Grupo Etário	Homens			Mulheres		
	Brancos (b)	Negros (n)	Razão (b)/(n)	Brancos (b)	Negros (n)	Razão (b)/(n)
Causas externas (óbitos anuais por 100.000 habitantes)						
0 a 14	16,3	19,6	1,20	9,1	10,3	1,14
15 a 24	231,6	390,3	1,69	23,8	30,7	1,29
25 a 34	205,3	301,2	1,47	18,6	23,7	1,27
35 a 44	148,2	176,9	1,19	17,2	16,7	0,97
45 anos ou mais	135,6	141,3	1,04	44,4	26,9	0,61
Total *	137,4	189,3	1,38	23,3	21,4	0,92
Demais causas de morte (óbitos anuais por 100.000 habitantes)						
0 a 14	153,9	88,9	0,58	132,3	83,8	0,63
15 a 24	38,5	36,4	0,95	28,5	27,7	0,97
25 a 34	101,8	116,2	1,14	61,4	70,5	1,15
35 a 44	289,4	276,2	0,95	151,5	143,6	0,95
45 anos ou mais	2.351,1	1.546,9	0,66	1.681,6	1.205,8	0,72
Total*	691,4	367,6	0,53	485,6	356,7	0,73

FONTE: Sistema de Informação de Mortalidade - SIM/ DATASUS/MS. Tabulações próprias.

(*) Taxas padronizadas pela estrutura etária da população total no meio do período.

Vale destacar que a superioridade do risco de morrer para a população negra, quando comparada à branca, foi observada somente para as causas externas em todos os grupos etários, no caso masculino, e para as mulheres com menos de 35 anos. Sendo a disparidade ainda maior entre os jovens e jovens adultos. Como demonstrado reiteradamente na literatura, esse é o grupo mais vulnerável frente à violência urbana relacionada ao uso, tráfico de drogas e armas de fogo, com os maiores índices de mortalidade por homicídios. Tais resultados indicam que para as mortes violentas os diferenciais podem ser ainda muito maiores, já que a superioridade das taxas de mortalidade por outras causas entre os brancos tem sido atribuída a problemas metodológicos devido diferenças de critérios na classificação por raça/cor do levantamento censitário e dos registros vitais (DO) - respectivamente denominador e numerador para o cálculo das taxas.

A tabela 4 revela um pouco mais sobre as diferenças entre grupos populacionais na incidência da morte violenta segundo sexo, raça/cor e idade. Elas foram elaboradas pensando responder a seguinte pergunta: Qual a posição das causas violentas de mortes frente às demais causas de morte? Quais os diferenciais mais relevantes na hierarquização desta causa?

Como observado na tabela anterior, as mortes por causas externas têm taxas mais elevadas no grupo de idade de 15 a 24 anos para homens negros. Porém, resta saber qual a posição que estas mortes ocupam frente às demais causas e se este padrão se mantém para homens e mulheres ou se a diferença numérica também implica em diferença na hierarquização desta causa de morte entre homens e mulheres.

A tabela nos revela que tanto para homens brancos e negros quanto mulheres negras as causas externas são a primeira causa de morte na faixa etária de 15 a 24 anos. Representam 85,7% das mortes dos homens brancos, 91,5% das mortes dos homens negros e 52,6% das mortes de mulheres negras deste grupo etário, no quinquênio 2000 a 2005. Entre as mortes das mulheres brancas nestas idades, 45,5% são causadas por violências, proporção menor que entre as negras. Ou seja, existe diferenças intra-gênero envolvendo a vulnerabilidade de ser vítima de mortes por causas externas, que no caso refere-se ao diferencial de raça/cor. Uma reflexão a ser feita é que embora as taxas de mortalidade por causas externas sejam maiores para homens que para mulheres, na faixa etária jovem elas ocupam posições semelhantes e devem ser tratadas como mortes evitáveis em qualquer fase etária, sexo e etc.

O segundo grupo etário importante entre 24 a 35 anos, onde a causa externa ainda ocupa a primeira posição na mortalidade dos homens, representando 66,9% das mortes de homens brancos e 72,2% para os homens negros. Para as mulheres desta faixa etária a violência perde importância, passando a representar respectivamente 23,3% e 25,1% dos óbitos de mulheres brancas e negras.

Como mencionado, o diferencial de raça/cor deixa é perceptível em todas as faixas etárias para os homens, deixando de ser tão altos para os grupos mais velhos.

Tabela 4 - Proporção (%) de Mortes por Causas Externas no Total dos Óbitos, por Raça/Cor, Sexo e Faixa Etária - Município de São Paulo, 2000 a 2005

Grupo etário	Homens		Mulheres	
	Branco	Negro	Branca	Negra
0 a 14	9,6	18,0	6,4	11,0
15 a 24	85,7	91,5	45,5	52,6
25 a 34	66,9	72,2	23,3	25,1
35 a 44	33,9	39,0	10,2	10,4
45 anos ou mais	5,5	8,4	2,6	2,2
Total de óbitos por causas externas	26.992	18.292	5.595	2.028
Total de óbitos	164.747	52.880	131.936	31.685

FONTE: Sistema de Informação de Mortalidade - SIM/ DATASUS/MS. Tabulações próprias.

Explorando os dados desagregados por tipo de causas externas com o objetivo de destacar as agressões das demais causas de mortes externas, na Tabela 5 pudemos constatar que tanto para homens quanto para mulheres as agressões ocupam a principal causa na ampla faixa dos 15 aos 44 anos. Sendo que também podemos notar diferenças quanto à intensidade segundo grupo de idade e raça/cor.

Os resultados reforçam padrões já conhecidos, com as agressões representando a grande parte das causas externas entre os jovens de 15 aos 24 anos. Para os homens brancos, 68,7% das mortes por causas externas são causadas por agressão, sendo que para os homens negros a representação é ainda maior, atingindo 79,4. Entre as mulheres o peso das agressões no total das causas externas é um pouco mais baixo que entre os homens, mas mantém a liderança em praticamente todos os grupos etários, em especial para a população negra. Para as mulheres de 15 a 24 anos, 43% e 56% das mortes por causas externas são agressões, na população branca e negra respectivamente.

Tabela 5: Distribuição Proporcional das Causas Externas, Segundo Subgrupo de Causas, por Sexo, Idade e Raça/Cor - Município de São Paulo, 2000 a 2005

Sexo	Idade	Raça/Cor	Acidentes de Transportes	Eventos com intenção ignorada	Outras Causas Externas	Agressões		Total
						%	Razão (n)/(b)	
Homens	0-14	Branco	24,8	18,5	38,2	18,5	1,5	836
		Negro	22,5	20,4	28,8	28,3		445
	15-24	Branco	13,4	5,5	12,4	68,7	1,2	8154
		Negro	6,2	4,7	9,7	79,4		7473
	25-34	Branco	13,8	8,0	12,5	65,7	1,1	6882
		Negro	8,5	6,7	9,9	74,8		5479
	35-44	Branco	15,0	13,3	19,8	52,0	1,1	4400
		Negro	11,3	13,3	16,0	59,4		2860
	45 ou mais	Branco	19,3	19,8	37,1	23,8	1,4	6720
		Negro	17,3	19,5	30,5	32,6		2335
	Total	Branco	15,6	11,4	20,6	52,5	1,3	26992
		Negro	9,5	8,9	13,8	67,9		18592
Mulheres	0-14	Branca	27,5	19,5	40,3	12,6	2,1	461
		Negra	19,5	19,5	34,8	26,2		221
	15-24	Branca	28,0	9,4	19,9	42,7	1,3	906
		Negra	19,2	10,5	14,5	55,8		573
	25-34	Branca	23,1	14,2	18,3	44,5	1,2	706
		Negra	14,6	15,0	15,3	55,2		426
	35-44	Branca	22,3	12,4	27,4	37,9	1,1	591
		Negra	18,2	20,6	19,3	41,9		296
	45 ou mais	Branca	21,2	20,9	50,8	7,1	1,7	2931
		Negra	25,9	22,2	40,0	11,9		528
	Total	Branca	23,2	17,2	38,4	21,3	1,8	5595
		Negra	19,9	16,9	24,1	39,1		2044

Fonte: sistema de informações de mortalidade SIM/ DATASUS/ MS. Tabulações próprias.

Na faixa seguinte de 25 a 34 anos, homens e mulheres quase que mantêm estes números proporcionais, sendo que a diferença entre mulheres brancas e negras e homens brancos e negros diminui. Para os grupos etários seguintes as agressões vão perdendo a importância dentro das causas externas, principalmente entre as mulheres com 45 anos ou mais cujas proporções de mortes por homicídio ficam em torno de 10%. Tais resultados estão de acordo como o perfil de morbimortalidade entre idosos, 70% da população com

mais de 45 anos no município (FUNDAÇÃO SEADE, 2008), no qual a incidência de quedas e atropelamentos ganha relevância (MAIA; AIDAR, 2008).

Vale destacar que, embora para a população com mais de 34 anos as agressões caem em concentração para homens brancos e negros e mulheres brancas e negras, as diferenças quanto a raça/cor se mantém. As agressões representaram 37,9% das mortes por causas externas entre as mulheres brancas de 35 a 44 anos, 41,8% das mortes violentas entre as mulheres negras, 52% das mortes de homens brancos e 59,3% das mortes de homens negros, neste mesmo grupo etário.

As taxas de mortalidade específicas por agressão, por relacionar população exposta ao risco e os próprios óbitos, servem de bom parâmetro para a análise dos diferenciais de raça/cor. Nota-se na Tabela 6 que as razões entre as taxas da população negra em relação à população branca, são altas, principalmente entre os jovens e jovens adultos que apresentam maior vulnerabilidade frente à violência urbana.

No grupo de 0 a 14 anos as razões encontradas foram de 1,7 para os homens e 1,9 para as mulheres. Neste caso, é importante destacar que os casos femininos são numericamente muito baixos, o que pode afetar a interpretação desta relação devido a variações aleatórias.

Os resultados encontrados indicam que entre os jovens negros o risco de morte violenta é praticamente o dobro do que entre os jovens brancos, sendo a relação para as mulheres jovens um pouco mais baixa: 1,7 maior risco para as jovens negras de 15 a 24 anos do que para as brancas. Na faixa de 25 a 34 anos a razão é de 1,7 para homens e 1,6 para mulheres, na faixa seguinte de 35 a 44 anos esta diferença passa para 1,6 para homens e 1,3 para mulheres. Fato que chama atenção é a manutenção dos diferenciais de raça/cor para todos os grupos etários independente do sexo da vítima.

Resultados semelhantes foram encontrados em estudos recentes como o de Batista, 2002 e Barbosa, 1998, que demonstram que a superioridade das taxas de mortalidade entre os negros, quando comparados à população branca, só é observada para as causas externas. Neste sentido, vale refletir que, embora o número de óbitos por causas externas tenha diminuído nos últimos anos na capital como fruto dos esforços do estado e sociedade civil organizada, os diferenciais se mantêm, indicando que tais ações não atuam sobre fatores

estruturais de desigualdades entre estes grupos, tão fortemente expressas no fenômeno da violência.

Tabela 6 - Taxas de Mortalidade por Agressão, por Sexo, Idade e Raça/Cor - Município de São Paulo, 2000 a 2005

Faixa etária	Homens			Mulheres		
	Brancos (b)	Negros (n)	Razão (n)/(b)	Brancas (b)	Negras (n)	Razão (n)/(b)
0-14	3,0	5,1	1,7	1,1	2,2	1,9
15-24	159,1	309,7	1,9	10,2	17,1	1,7
25-34	134,8	225,4	1,7	8,3	13,0	1,6
35-44	77,1	120,5	1,6	6,5	8,4	1,3
45 ou mais	32,3	46,1	1,4	3,2	3,2	1,0
Total	71,2	133,5	1,9	5,3	8,3	1,6

Fonte: SIM/Datasus/MS. FSEADE. Tabulações próprias.

Tabela 7: Distribuição Percentual das Mortes por Agressão Segundo Tipo/Meio da Agressão, por Sexo e Raça/Cor - Município de São Paulo, 2000 a 2005

Categoria CID10	Homens		Mulheres	
	Brancos	Negros	Brancos	Negros
Por enforc, estrang, sufocação (X 91)	0,5	0,4	3,7	2,4
Por arma de fogo (X93- X94- X95)	67,5	68,3	55,2	58,7
Por objeto penetrante (X99)	4,6	4,6	10,0	9,6
Por objeto contundente (Y00)	3,5	3,2	5,4	5,0
Sexual por meio de força física (Y05)	0,0	0,0	0,3	0,2
Agressão p/ meios NE (Y09)	23,7	23,1	24,1	22,4
Por outros tipo de agressão	0,3	0,3	1,3	1,6
total	100,0	100,0	100,0	100,0
n	14191	12672	1197	802

Fonte: SIM/Datasus/MS. FSEADE, tabulações próprias

A Tabela 7 aponta para a seletividade do tipo de instrumento principal utilizado para a prática dos homicídios. Verifica-se que o uso de armas de fogo ocorre na maioria dos eventos violentos, para ambos os sexo e raça/cor, sendo mais presente ainda nos óbitos da população negra, 68,3% e 58,7% das agressões de homens e mulheres negras, respectivamente. Destaca-se a importância dos meios não identificados, que representam

cerca de 23% dos meios de agressão para homens brancos e negros, e 22,4% para mulheres negras e 24% para mulheres brancas.

Destacamos também a importância dos meios ‘objeto cortante e contundente’ para as mortes por agressão feminina que somam 15,4% dos meios utilizados contra mulheres brancas e 14,6% dos meios contra mulheres negras. Em menor proporção, mas com representação praticamente exclusiva nas mortes femininas, aparecem ainda as agressões por enforcamento, estrangulamento e outros meios, que chegam a quase 5% dos casos.

Embora estas abordagens utilizadas revelem muito da situação das agressões contra homens e mulheres, os dados até aqui trabalhados não permitem tocar na questão fundamental ligada às relações íntimas entre violência e circunstâncias geradoras de violência, como motivos da agressão e relações com agressores. No caso da violência contra as mulheres, a dimensão das relações domésticas, familiares e amorosas, são fundamentais, como aponta a literatura citada no primeiro capítulo, e os jornais.

Como bem ressalta Mello Jorge; Gawryszewski e Latorre (2005) quando analisa os homicídios sob a ótica da saúde pública, para o aprofundamento de questões mais específicas relativas às vivências e eventos violentos, é necessário investimento na produção, sistematização e divulgação de diferentes fontes de informações:

A fonte de dados utilizada usualmente para estudar os homicídios é a declaração de óbito (DO) que, a despeito de fornecer informações importantes, carecem de dados sobre as circunstâncias do evento e outras características dessas mortes. Para melhor orientação das políticas de prevenção torna-se necessário a sua suplementação com outras fontes de dados. Nesse sentido, a OMS sugere a integração de informações das fontes já existentes como um caminho menos dispendioso de aumentar o conhecimento acerca do problema, uma vez que podem ser utilizados registros rotineiramente realizados. A única experiência desse tipo conhecida entre os países da América Latina é na cidade de Cali, Colômbia, que considerou o modelo como eficaz e oportuno na implantação de sistema para a vigilância epidemiológica dos homicídios. Recentemente, os Estados Unidos estabeleceu um sistema de informações (National Violent Deaths Reporting System) para acompanhar as mortes violentas naquele país por meio da integração dos dados provenientes das estatísticas vitais, laudos de necropsia, registros policiais ou da Justiça”. (MELLO JORGE; GAWRYSZEWSKI; LATORRE, 2005, p.628).

Desta forma, considerando as especificidades das agressões contra as mulheres e visando alcançar a problematização dos contextos que envolvem tais violências, no próximo capítulo analisamos um conjunto de informações levantadas nos Boletins de Ocorrência (BO), fonte de dados da segurança pública.

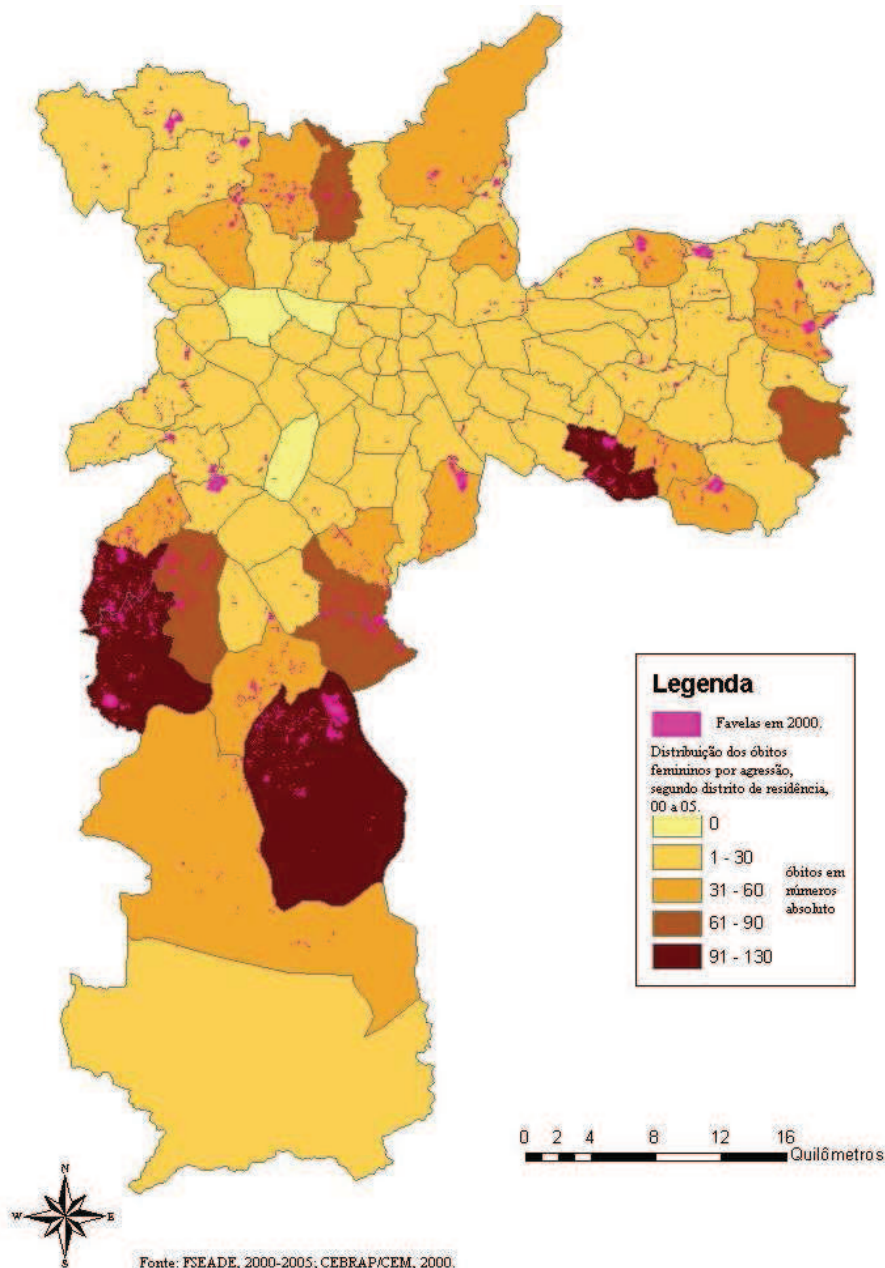
Antes de passarmos ao próximo capítulo é interessante observar o aspecto espacial das ocorrências de homicídio no período de 2000 a 2005 no Município de São Paulo, segundo distritos. Pensamos que a importância de observar o padrão de distribuição geográfica dos óbitos pode nos revelar certas relações entre risco de morte por homicídio e espaço no qual estavam inseridas estas mulheres.

O mapa foi elaborado pensando em padrões para a concentração destas mortes nos distritos do município. Pudemos perceber que no Município de São Paulo as mortes violentas femininas são em maior número localizadas nas periferias da cidade. A região central e distritos próximos ao centro têm registrou em media de 0 a 30 óbitos femininos no quinquênio analisado, destacamos os distritos da Barra Funda, Lapa e Itaim Bibi que tiveram índice de 0 óbitos registrados no período analisado.

Em contrapartida os distritos que apresentam concentração de 90 ou mais casos no período analisado são bem parecidos aos locais mais violentos para os homens da capital noticiados diariamente nos telejornais sensacionalistas. O distrito de Capão redondo, Jardim Ângela, Grajaú e Sapoemba foram os distritos paulistas que mais registraram óbitos femininos por homicídio. É muito chocante perceber que estes distritos são os distritos limites do município, estão bem afastados do centro. Seguido destes distritos, outros também chamam atenção são eles: Pedreira, Cidade Tiradentes e Cachoeirinha, que registraram entre 60 a 90 óbitos no período analisado e também são afastados do centro. Notemos que estas áreas também são as com maiores concentrações de favelas (marcado em rosa).

As periferias do Município de São Paulo são violentas para homens e mulheres moradores destas comunidades. Esta relação pode ser constatada com os dados desta pesquisa.

Mapa 1 - Distribuição Percentual dos Óbitos Femininos por Agressão Segundo Distrito de Residência e Áreas de Localização de Favelas no Município de São Paulo, 2000 a 2005



CAPÍTULO 4 - Violência Urbana e Doméstica contra a Mulher: Expressões das Mortes Violentas Femininas

Mesmo reconhecendo o valor das estatísticas de mortalidade por causas externas - originárias das DO's e disponibilizadas pelo Ministério da Saúde - como fonte privilegiada para a elaboração de estudos sobre violência²⁶ no Brasil, por sua sistematização na coleção e tratamento das informações e possibilidade de comparação em nível nacional (ZALUAR; NORONHA; ALBUQUERQUE, 1994), diagnosticamos algumas limitações que dificultam o estudo da violência quando o caso é o homicídio contra mulheres. Estas informações são pouco elucidativas quanto às circunstâncias das agressões devido a seu caráter unilateral.

Uma limitação que se coloca refere-se às circunstâncias geradoras da morte, ou seja, onde estas mulheres estavam no momento que sofreram estas agressões, quais suas relações com os agressores, a existência de múltiplas vítimas, entre outras informações que evidenciariam as questões internas a violência contra mulheres. A outra limitação refere-se ao número de óbitos registrado explicitamente como “agressão” nas fontes associadas à área da saúde. Possivelmente, óbitos registrados como “eventos cuja intenção é indeterminada” sejam propriamente intencionais, principalmente os que foram efetuados com arma de fogo. Este estudo não chega a explorar esta questão, mas reconhece a necessidade de avaliar o problema com foco no caso feminino, pois estudos sobre mortalidade por causas externas para o caso masculino já utilizam técnicas de correção e reclassificação destas mortes (AIDAR, 2002; ZALUAR; NORONHA; ALBUQUERQUE, 1994; MELLO JORGE; GAWRYSZEWSKI; LATORRE, 1997).

Por outro lado, a literatura que explora informações propriamente sobre violência contra a mulher costuma se validar em abordagens que consideram o impacto nocivo da estrutura patriarcal de organização da sociedade no cotidiano das mulheres. Evidenciam que, na maioria dos casos, a violência contra a mulher tem forte relação com o espaço privado de relações e desigualdades estruturais entre homens e mulheres manifestadas neste espaço. Diversas pesquisas lançam mão de *surveys* e entrevistas para capturar as múltiplas dimensões desta violência. Porém, análises quantitativas padecem da ausência de fontes livres do sub-registro das agressões contra mulheres e também da própria naturalização e tabu que envolve a discussão sobre o perfil de violência sofrido por mulheres. Um desafio

²⁶ Principalmente estudos quantitativos.

constante destas pesquisas configura-se na própria dificuldade de acessar e produzir informações que evidenciem essas relações.

Soares (1999) aponta em seus estudos a peculiaridade quanto às análises da violência, especialmente a de tipo doméstica, para o caso feminino:

As estatísticas sobre a violência doméstica no Brasil, em escala nacional, são ainda precárias. Contamos apenas com os Dados da Pesquisa Nacional por Amostragens Domiciliares (PNAD), de 1988, e com a CPI da mulher, cujos resultados são parciais e imprecisos. Pouco se sabe sobre o conjunto dos procedimentos policiais e jurídicos nesse campo, sobre o perfil das vítimas da violência doméstica, sobre o que elas esperavam da polícia e da justiça ou sobre as visões e as expectativas dos policiais e magistrados a respeito desse problema (SOARES, 1999, p.48).

Uma iniciativa de mudanças no quadro legal e judicial muito positiva foi a criação da Lei n.11.340 (conhecida como Lei Maria da Penha²⁷), em agosto de 2006. A lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, fazendo eco à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, 1979) e à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher ("Convenção de Belém do Pará", 1994). No âmbito judicial, esta lei prevê a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal e dá outras providências. Um aspecto interessante desta lei é que ela, no sentido de sanar essa deficiência de informações sobre violência contra a mulher, prevê *“a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às conseqüências e à freqüência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas”*²⁸.

²⁷ Maria da Penha é uma ativista pelos direitos humanos das mulheres que sentiu na própria pele o alcance da violência doméstica. Em 1983, seu ex-marido, professor universitário, tentou matá-la em duas ocasiões, em uma das vezes Maria a Penha ficou paraplégica. Sua luta por justiça chegou aos tribunais da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, onde o crime foi julgado como um caso de violência doméstica.

²⁸ No título III, capítulo I- das medidas de integradas de prevenção, no artigo 8, § II.

Consideramos que com a constante luta dos movimentos sociais feministas, de mulheres e de mulheres negras, o esforço dos pesquisadores, o apoio e suporte do Estado, que o diagnóstico das formas de violência contra a mulher possa tornar-se exercício freqüente visando o controle e eliminação destas práticas na sociedade e no próprio mecanismo do Estado. Este estudo espera de alguma maneira contribuir para essa mudança no quadro nacional de iniciativas de diagnóstico da violência contra a mulher.

Ao tratar especificamente da questão do homicídio quando a vítima é mulher, diversas questões surgem. A primeira delas refere-se à lacuna existente nos estudos de mortalidade por causas externas no Brasil, que desconsidera a causa quando a vítima é mulher, apoiando-se na justificativa da reduzida expressão numérica destas mortes em relação aos homens. Ou seja, o simples fato de a proporção de óbitos masculinos ser de aproximadamente 10 para cada caso feminino já se constitui uma justificativa para a não observação das tendências e padrões das causas externas na mortalidade femininas ou mesmo para a observação das causas externas em uma perspectiva pseudo-neutra dos totais sem distinção de sexo, mas com interpretações que pensam no universo masculino das relações geradoras destas mortes.

A segunda questão que se coloca refere-se a observação das mortes por homicídios no caso feminino sempre serem estudados como se todas situações geradoras da agressão possam ser justificadas e interpretadas como violência doméstica. Este estudo discute e demonstra que as mortes por causas externas femininas guardam em seu interior as múltiplas formas de violência às quais pessoas são expostas no contexto urbano das relações, explicitadas nestas mortes.

A terceira questão diz respeito tanto às mortes femininas quanto às masculinas e refere-se aos estudos de diferenças de raça/cor, que pode ser umas das vertentes explicativas para as relações entre desigualdade e incidência da violência.

Entendemos que o contexto sócio-espacial no qual estão inseridas as mulheres também interfere nas diferentes formas de homicídio sofrido por elas. Neste sentido, nesta pesquisa estudamos principalmente a violência urbana e doméstica contra mulheres, expressas através de óbitos por homicídio. A busca da metodologia mais apropriada para tal estudo nos impulsionou a ir além de fontes da área da saúde que, por seu teor e rigor de tratamento das informações foi tomada como fonte para a elaboração das análises

quantitativas deste estudo. Os resultados foram apresentados no capítulo 3 desta dissertação. Buscamos os dados da área da Segurança Pública que, com suas características, oferece informações acerca das vítimas, agressores e sobre a ocorrência propriamente dita, o que nos possibilitou entrar na intimidade das relações entre violência e morte no contexto feminino.

Importante notar que com as informações da saúde priorizamos as análises quanto ao sexo, idade e raça/cor das vítimas, pois o objetivo era relacionar estas variáveis já amplamente estudadas em pesquisas demográficas (talvez raça/cor em menor proporção) e gerar estatísticas que possuísem as mesmas medidas e metodologia de análise para homens brancos e negros, e mulheres brancas e negras, a fim de evidenciar relações entre estes grupos no padrão da mortalidade por causa externas. Os perfis encontrados no estudo das informações de saúde nem sempre conferem com os encontrados no estudo com registros da Segurança Pública, o que não constitui um problema em si, já que se trata de fontes diferentes e não necessariamente os óbitos registrados por um deles são os mesmos registrados pelo outro. Novas iniciativas de estudos que tentam relacionar diretamente informações destas duas fontes têm sido desenvolvidas pela fundação SEADE com a elaboração de um sistema de pareamento das informações de mortalidade através do nome da vítima, completando em uma fonte as informações relevantes da outra.

O pareamento de dados escapa ao escopo deste trabalho. Para fins desta dissertação – e a partir do quadro geral da mortalidade feminina por agressão, traçada no capítulo 3 – estendemos as indagações às informações da segurança pública. Este esforço é suficiente para abrir caminhos para a tentativa de responder afinal o que se passa com os homicídios no caso feminino.

Neste capítulo apresentamos os resultados da análise dos Boletins de Ocorrência (BO's) do ano de 2005 que registraram homicídios contra mulheres no Município de São Paulo. O objetivo desta análise – mais de tipo qualitativo, apesar de lançar mão de dados numéricos – é saber quais as singularidades quanto ao perfil da vítima e da ocorrência no caso das mortes femininas por agressão. Em outras palavras, a averiguação das distintas faces da violência contra a mulher expressas nas mortes violentas. Na primeira parte apresentamos os perfis das vítimas, utilizando análise descritiva das frequências das variáveis de caracterização das vítimas. Em seguida procedemos a uma análise bivariada

quanto à ocorrência, com base em variáveis selecionadas ou construídas a partir dos BO's. O capítulo finaliza oferecendo a reconstrução de padrões de narrativas das ocorrências violentas contidas nos relatos dos BO's, tentando marcar principalmente o padrão de violência urbano e violência doméstica contra a mulher no contexto das múltiplas situações em que ocorre a morte violenta feminina identificadas por essa pesquisa. O número de vítimas femininas²⁹ registradas nos Boletins de Ocorrência do ano de 2005 foi igual a 377, destes 205 foram vítimas fatais, número bem próximo ao dos registros de Óbitos da saúde pública que registrou 225 óbitos por agressão, neste mesmo ano. Os números encontrados nos BO's são o objeto das análises que se seguem.

4.1 - Perfil das Vítimas de Tentativas e Homicídios Contra Mulheres

No caso mais específico das mortes violentas, a idade é fator decisivo quanto à vulnerabilidade a esta causa de morte. Como já discutido anteriormente, no Brasil as mortes violentas atingem majoritariamente jovens homens, de idade média entre 15 e 24 anos, se alongando de maneira gradual e decrescente até os 49 anos. No final da década de 90 as mortes violentas constituíam a primeira causa de morte em idades jovens, constituindo a principal causa de anos potenciais de vida perdidos no Município de São Paulo e outras grandes cidades brasileiras. (MELLO JORGE; GAWRYSZEWSKI; LATORRE, 1997; AIDAR, 2003).

As análises das informações sobre idade das vítimas femininas fatais ou não fatais de homicídio, segundo registros dos BO's, nos revelam quadro parecido ao apontado para os homens, pois são as mulheres jovens que representam a maior parte das vítimas de homicídios. Porém, diferentemente do caso masculino, as vítimas mulheres se concentram em uma faixa jovem mais ampla, estendendo-se dos 15 aos 34 anos, enquanto que entre os homens essa faixa se fixa entre os 15 e 24 anos. As mulheres jovens somam 56,1% das vítimas fatais e 60% das vítimas totais³⁰.

²⁹ Como já abordado anteriormente, o Boletim de Ocorrência é uma base de ocorrências, por isso em um único BO podemos encontrar mais que uma vítima (de diversos sexos e etc). Esta pesquisa separou apenas as vítimas femininas para análise.

³⁰ Através de análise das narrativas dos Boletins de Ocorrência conseguimos extrair a informação sobre a fatalidade ou não da agressão sofrida pelas vítimas femininas, podendo no mesmo boletim de homicídio conter diversas vítimas, fatais ou não.

A informação ignorada para a variável idade é maior para vítimas fatais que para o total de vítimas, 14,1% e 9,8%, respectivamente (Tabela 8). Como já apontado no capítulo 2, casos como estes são o principal problema dos BO's como fonte de dados. No caso da ausência da informação da idade da vítima pode decorrer da existência de vítimas sobre as quais nenhuma informação é disponível (vítimas anônimas) como indicar a falta de investigação capaz de completar as informações dos BO's. Embora o número ignorado seja alto, podemos dizer que a concentração nas faixas de 15 a 34 anos indica forte relação entre mortes femininas por homicídio e idade, com a maioria das vítimas em idades jovens, assim como no caso masculino.

Tabela 8 – Distribuição percentual segundo a idade das vítimas de agressões, fatais e não fatais. Município de São Paulo, 2005

Idade	Vítimas Fatais	Total de Vítimas
0-14 anos	4,4	4,5
15-24 anos	27,3	30,0
25-34 anos	28,8	30,5
35-44 anos	12,7	13,3
45 anos e mais	12,7	11,9
NS/NR	14,1	9,8
Total	100,0	100,0
N	205	377

Fonte: INFOCRIM/SSP-SP, 2005. Tabulações Próprias.

Quanto à escolaridade das vítimas, podemos notar que predominam vítimas que possuíam apenas o nível fundamental de ensino, aqui denominado 1º Grau (categoria nativa dos BO's). Vítimas com este nível de escolaridade representam 43,9 % das vítimas fatais e 40,6% das vítimas totais (Tabela 9). As mulheres vítimas com nível médio de educação, na tabela identificado como 2º grau (categoria nativa dos BO's), representam proporcionalmente 17,1% das vítimas fatais e 21,2% das vítimas totais, ou seja, são as mulheres com nível de instrução mais baixo as vítimas mais freqüentes dos homicídios. Contudo, chame-se a atenção para o fato de a violência não atingir apenas estas mulheres, dado que esta pesquisa averiguou que 5,4% das vítimas fatais tinha alcançado o nível superior de ensino, o mesmo ocorrendo com 6,4% do total das vítimas. Tal como salientado por outros estudos cujo foco é a relação entre violência e classe social, que a violência não

é exclusividade das camadas populares, de baixo nível educacional e, sim, um problema para o total da sociedade, sempre levando em consideração as diferentes formas desta mesma violência e as possibilidades diferenciadas de superá-las.

Note-se, entretanto, que a proporção de vítimas cuja informação sobre escolaridade é ignorada corresponde à 32% dos casos fatais e 31% dos casos totais.

Tabela 9 - Distribuição percentual segundo a escolaridade* das vítimas de agressões, fatais e não fatais. Município de São Paulo, 2005

Escolaridade	Vítimas Fatais	Total de Vítimas
Analfabeta	1,0	0,8
1º Grau	43,9	40,6
2º Grau	17,1	21,2
Superior	5,4	6,4
NS/NR	32,7	31,0
Total	100,0	100,0
N	205	377

Fonte: INFOCRIM/SSP-SP, 2005. Tabulações Próprias.

(*) 1º Grau aqui deve ser lido como o atual ciclo fundamental de ensino, completo ou não; 2º Grau deve ser interpretado como ensino médio completo ou não.

Analisando as informações quanto à região de nascimento das vítimas, podemos notar que 48,8% das vítimas fatais e 55,4% do total de vítimas de agressão tinham como região de nascimento o próprio Estado de São Paulo. Em seguida, destaca-se a Região Nordeste, que corresponde à 21% das vítimas fatais e 18,6% do total de vítimas. A proporção de casos cuja informação foi ignorada soma 20,5% das vítimas fatais e 17,2% do total de vítimas (Tabela 10).

Tabela 10 - Distribuição percentual segundo Região de Naturalidade* das vítimas de agressões, fatais e não fatais; Município de São Paulo, 2005

Região de Naturalidade	Vítimas Fatais	Total de Vítimas
N	0,5	0,3
NE	21,0	18,6
CO	0,0	0,0
SE	7,3	6,4
S	2,0	2,1
SP	48,8	55,4
NS/NR	20,5	17,2
Total	100,0	100,0
N	205	377

Fonte: INFOCRIM/SSP-SP, 2005. Tabulações Próprias.

(*) SP refere-se ao estado de São Paulo e foi computado separadamente por ser o estado onde está inserida a unidade espacial de análise.

A variável raça/cor observada nos caso de homicídio contra mulheres nos revela quadro já diagnosticado através das taxas de mortalidade por agressão. Pudemos observar diferenças quanto à relação entre violência e raça/cor, das vítimas fatais 45,9% eram brancas enquanto 47,3% eram negras (Tabela 11). Essa diferença, embora aparentemente pequena, esconde em seu interior uma desigualdade no risco de ser vítima. Se compararmos o perfil de raça/cor destas mortes femininas por agressão ao perfil de raça/cor do município, poderemos notar que as mulheres brancas representam 69% da população feminina no Município de São Paulo em 2000³¹, enquanto as mulheres negras representavam 29% da população. Portanto, enquanto a proporção de vítimas de raça/cor branca é menor que a parcela desta mesma característica étnico-racial na população, o contrário ocorre com as negras, indicando uma diferença bem maior que a revelada pela distribuição das vítimas segundo suas características étnico-raciais. São as mulheres negras as maiores vítimas de casos fatais de agressão. Estas proporções vão na mesma direção dos achados do estudo de Romio (2006) que, fazendo análise da variável raça/cor das vítimas de homicídio segundo BO's do ano de 1998 no Município de São Paulo, encontrou a seguinte proporção: 56,8% das vítimas eram brancas e 41,4% eram negras, os dados de raça/cor ignorado somavam 1,85% de um total de 285 vítimas.

³¹ Censo Demográfico de 2000.

Estas análises reitera outros estudos que evidenciam a necessidade de avaliação das relações de desigualdade raciais intra-gênero e a importância de um aprofundamento na questão das relações raciais e de gênero para analisar e consolidar o debate e ações com foco no fenômeno da violência e suas conexões com as desigualdades estruturais, principalmente as referentes as relações desiguais de raça, gênero, classe.

As informações de cor ignorada somaram 6,8% das vítimas fatais e 8,8% das vítimas totais, invertendo a concentração das informações ignoradas, que nas variáveis anteriores predominavam quando a vítima era fatal.

Tabela 11 - Distribuição percentual segundo Raça/Cor* das vítimas de agressões, fatais e não fatais. Município de São Paulo, 2005

Raça/Cor	Vítimas Fatais	Total de Vítimas
BRANCA	45,9	49,9
NEGRA	47,3	41,4
NS/NR	6,8	8,8
Total	100,0	100,0
N	205	377

Fonte: INFOCRIM/SSP-SP, 2005. Tabulações Próprias.

(*) A categoria analítica 'Negro' refere-se a união das categorias 'Parda' e 'Negra' dos Boletins de Ocorrência.

A análise dos BO's de 2005, nos revela que 53,2% das vítimas fatais eram solteiras, 15% eram casadas, 5,4% eram separadas e 2,4 viúvas. Do total de vítimas mais uma vez as solteiras detiveram a maior concentração somando 52,8% dos casos, as casadas 18,8%, as separadas 5,3% e as viúvas 1,6% (Tabela 12). O estudo da variável Estado Civil das vítimas deve ser interpretado com várias ressalvas, pois não necessariamente reflete a real situação conjugal das mulheres vítimas de homicídio. Muitas das mulheres que estão classificadas como solteiras podem estar unidas a companheiros/as sem o vínculo legal do casamento. Porém, a informação é consistente com a concentração das mortes violentas em idades jovens.

As informações ignoradas voltaram ao padrão das outras variáveis sendo maior para as vítimas fatais que para o total das vítimas, respectivamente 23,9 e 21,5 por cento cada.

Tabela 12 - Distribuição percentual segundo Estado Civil* das vítimas de agressões, fatais e não fatais. Município de São Paulo, 2005

Estado Civil	Vítimas Fatais	Total de Vítimas
CASADO	15,1	18,8
SEPARADO	5,4	5,3
SOLTEIRO	53,2	52,8
VIUVA	2,4	1,6
NS/NR	23,9	21,5
Total	100,0	100,0
N	205	377

Fonte: INFOCRIM/SSP-SP, 2005. Tabulações Próprias.

(*) 'Separado' refere-se às categorias: 'Desquitada', 'Divorciada' e 'Separada' dos Boletins de Ocorrência.

4.2 - As Vítimas e seus Agressores

Os Boletins de Ocorrência nos permitem conhecer algumas das características dos autores de atos violentos contra as mulheres.

As informações quanto ao sexo do agressor apresentam uma grande proporção de informações não declaradas. Isso se dá pelo próprio caráter do Boletim de Ocorrência que, diferentemente do Inquérito Policial, não prevê investigação, fato que faz com que os agressores descritos em seu corpo correspondam àqueles casos cuja autoria foi reconhecida ou declarada no momento da elaboração BO. Na maioria das vezes não se sabia naquele momento quem foi o autor da agressão. Para as vítimas fatais 58,5% da informação sobre sexo dos agressores é desconhecida ou ignorada e 52,5% quando se trata do total das vítimas (Tabela 13).

Os casos de agressores identificados concentram-se no sexo masculino, somando 40% dos agressores de vítimas fatais e 45,6% dos agressores do total de vítimas. Apenas 1,5% dos casos com vítimas fatais têm mulheres como autoras das agressões e cerca de 2% de agressoras do total de vítimas. Estas informações indicam para uma situação sensível, pois são agressores do sexo masculino os responsáveis pelas mortes femininas.

Tabela 13 - Distribuição percentual segundo o sexo do agressor das vítimas de agressões, fatais e não fatais.- Município de São Paulo, 2005

Sexo do Agressor	Vítimas Fatais	Total de Vítimas
Feminino	1,5	1,9
Masculino	40,0	45,6
NS/NR	58,5	52,5
Total	100,0	100,0
N	205	377

Fonte: INFOCRIM/SSP-SP, 2005. Tabulações Próprias.

A partir das informações dos *históricos* - parte narrativa dos BO's - foi possível identificar qual era o tipo de relacionamento entre vítimas e agressores. Em um primeiro momento do tratamento dos dados preservamos as categorias nativas apresentadas no texto dos BO's, após o que agrupamos em categorias mais gerais. Cerca de 25% dos agressores de vítimas fatais eram desconhecidos, 19% eram mantinham relação afetivo/conjugal com suas vítimas, 8,3% tinham um tipo familiar de relacionamento e cerca de 5% dos casos o agressor era um conhecido das vítimas (Tabela 14). Ou seja, 33% dos agressores tinham relacionamento próximo com a vítima fatal. Este quadro muda sutilmente quando consideramos o total das vítimas de agressão, quando a proporção de vítimas cujo relacionamento com agressor de tipo 'desconhecido' sobe para um percentual de 31,3% dos casos, diminuindo principalmente os casos cujo tipo de relacionamento é afetivo/conjugal, com 11% dos casos. A análise das distribuições é muito importante para o estudo da violência contra a mulher, pois tirando a proporção de 'ignorados' podemos notar que entre as vítimas fatais a chance que o agressor seja de alguma forma conhecido pela vítima aumenta.

Os casos cuja informação era ignorada representavam 43% dos casos com vítimas fatais e 41% do total dos casos tinham omissão desta informação.

Tabela 14 – Distribuição Percentual do Tipo de Relação entre Vítima e Agressor, das Mulheres Vítimas Fatais e Totais de Agressão - Município de São Paulo, 2005

Relação entre Vítima e Agressor	Vítimas Fatais	Total de Vítimas
Afetiva e/ou conjugal	19,0	11,1
Conhecido	4,9	9,3
Famíliares	8,3	7,2
Desconhecido	24,9	31,3
NS/NR	42,9	41,1
Total	100,0	100,0
N	205	377

Fonte: INFOCRIM/SSP-SP, 2005. Tabulações Próprias.

*Nota: A categoria analítica 'Afetiva e/ou conjugal' compreende os relatos que se referiam à relação entre vítima e agressor como sendo: amante/companheiro/amásio/esposo/ex-companheiro ou amásio/ex-marido/ex-namorado/namorado e "ex-marido da patroa", cujo caso era aparentemente amoroso. A categoria analítica 'Famíliares' compreende os relatos que se referiam à relação entre vítima e agressor como sendo: pai, padrasto, filho, enteado, irmão/irmã, mãe, tio, primo, cunhado, ex-cunhado. A categoria analítica 'Conhecido' compreende os relatos que se referiam a relação entre vítima e agressor como sendo: vizinho/conhecido/porteiro/colega de trabalho.

Outra variável importante que também foi originária da análise das narrativas dos BO's foi o motivo da agressão, ou seja, quais foram as justificativas encontradas pelos agressores ou relatadas pelas outras vozes envolvidas no relato dos casos. Esta variável ajuda a entender a singularidade do homicídio quando a vítima é feminina. Mais uma vez, procuramos manter as categorias nativas de descrição dos casos, re-agrupadas em categorias mais gerais para a análise.

Quando a agressão é fatal 11,2% dos casos tem motivação amorosa, 8,3% são casos de encomenda ou vingança, 7,3% são brigas de diversos tipos, incluindo os casos em que a briga era familiar, 7,3% são vítimas casuais ou de tiroteios. Do total de vítimas em ocorrências registradas pelos BO's, a motivação aparente do crime era em 22% dos casos casual, ou seja, as vítimas foram atingidas por estarem presentes casualmente na cena do crime, não se dirigindo a elas a ação que provocou o incidente. 7,4% tinham como motivo o roubo, o seqüestro ou seqüestro seguido de estupro e 6,4% tinham motivos amorosos de diversas ordens (Tabela 15). Outras 6,4% tiveram como motivo brigas e 5% foram crimes de encomenda ou vingança. Os casos cuja intenção é ignorada somam 55,6% dos casos fatais e 49,3% do total das vítimas. É expressivo o número de vítimas casuais no total de vítimas: 22% dos casos contra 7,3% dos casos fatais.

As impressões que ficam referem-se principalmente à fatalidade da agressão de motivação amorosa assim como a dos crimes por encomenda e vingança. Outra questão é a própria desmistificação da afirmativa que sugere que os homicídios contra as mulheres são no geral de caráter afetivo/amoroso. Esta motivação é causa de 11% dos casos, contra 33,2% de outros casos que, em sua maioria, são de caráter urbano, decorrente da violência nas grandes cidades.

Tabela 15 – Distribuição Percentual do Motivo da Agressão Contra Mulheres Vítimas Fatais e Totais de Agressão - Município de São Paulo, 2005

Motivo da Agressão	Vítimas Fatais	Total de Vítimas
Amoroso	11,2	6,4
Brigas	7,3	6,4
Roubo/seqüestro/estupro + seqüestro	5,9	7,4
Encomenda/vingança	8,3	5,0
Vítima casual/tiroteio	7,3	22,8
Outro	4,4	2,7
NS/NR	55,6	49,3
Total	100,0	100,0
N	205	377

Fonte: INFOCRIM/SSP-SP, 2005. Tabulações Próprias.

4.3 - Outras Características das Agressões Contra Mulheres

O meio da agressão foi outra variável recolhida dos relatos encontrados nos *históricos* dos BO's. A qualidade desta informação é relativamente melhor para análise dos casos envolvendo vítimas fatais, já que em apenas 8,3% dos casos fatais tinha informação ignorada. Para o total das agressões esta proporção atinge 18,8% dos casos

O principal meio de agressão é a arma de fogo, tanto para vítimas fatais quanto para o total de vítimas, respectivamente 58% e 59,7%. O objeto cortante e contundente³² representa o segundo meio de agressão contra vítimas mulheres, 25,4% dos casos fatais e 15,9% do total dos casos. Outros tipos de meio de agressão são empregados para agredir

³² Objeto cortante/perfurante: faca, estiletes; objeto contundente: qualquer objeto utilizado na agressão física.

mulheres. Enforcamentos, veículos, negligência e agressão sexual também estão presentes no assassinato de mulheres (Tabela 16).

Tabela 16 – Distribuição Percentual do Tipo Meio da Agressão, Contra Mulheres Vítimas Fatais e Totais de Agressão - Município de São Paulo, 2005

Tipo/Meio da Agressão	Vítimas Fatais	Total de Vítimas
Arma de fogo	58,0	59,7
Objeto contundente/ cortante/ perfurante	25,4	15,9
Enforcamento/ estrangulamento/ sufocamento	3,9	2,1
Veículo	2,4	2,4
Outro	2,0	1,1
NS/NR	8,3	18,8
Total	100,0	100,0
N	205	377

Fonte: INFOCRIM/SSP-SP, 2005. Tabulações Próprias.

*Na categoria 'Outro' estão inseridas as categorias: queimada/queda/agressão sexual (aqui em apenas 2 casos o meio é identificado como agressão sexual, quando há mais casos de vestígios de agressão sexual nas ocorrências).

O local de ocorrência do óbito é uma categoria nativa dos BO's e, da mesma forma adotada com outras características, agregamos algumas categorias com a finalidade de análise através de categorias mais gerais. Pudemos notar que, no caso das vítimas fatais, 21,5% foram agredidas em suas próprias residências ou defronte a elas, 17,6% em via pública, 2,9% em bares restaurantes, lanchonetes e áreas de recreação. No conjunto das agressões – fatais e não fatais – predomina a via pública, com o percentual de 24,4%. Outras 18% foram agredidas na residência, 4,5% em bares e 2,4% em outros locais. As informações ignoradas foram de 56,6% nas vítimas fatais e 50,7% das vítimas totais, evidenciando a má qualidade deste tipo de informação (Tabela 17).

Importante destacar que a residência continua sendo o palco das agressões fatais contra as mulheres, contudo a via pública aparece com percentual bem próximo aos da residência (21,5% versus 17,6%), fato que deve ser observado com atenção.

Tabela 17 – Distribuição Percentual do Local de Ocorrências da Agressão das Mulheres Vítimas Fatais e Não Fatais de Homicídio - Município de São Paulo, 2005

Local de Ocorrência	Vítimas Fatais	Total de Vítimas
Residência/defronte a residência	21,5	18,0
Bar/restaurante/lanchonete/área recreação	2,9	4,5
Via pública	17,6	24,4
Outros (inclui hospital)	1,5	2,4
NS/NR	56,6	50,7
Total	100,0	100,0
N	205	377

Fonte: INFOCRIM/SSP-SP, 2005. Tabulações Próprias.

4.4 - Uma Tentativa de Tipificação das Ocorrências com Vítimas Fatais

Apesar da importância da ausência de informações nos Boletins de Ocorrência, o cruzamento de algumas variáveis relativas ao perfil das ocorrências auxilia na tipificação das agressões de que são vítimas as mulheres no Município de São Paulo. Um comentário preliminar merece ser feito. A ausência de respostas se concentra em uma parcela dos BO's para os quais mais que uma informação é omitida no registro da ocorrência. Como pode ser verificado nas tabelas que se seguem, é sempre superior a 50% os casos de ausência de informação em ambas as variáveis incluídas nos cruzamentos.

As tabelas a seguir incluem apenas as agressões em que houve morte da vítima isto é, os homicídios, perfazendo 205 ocorrências em 2005 de um total de 377 agressões com vítimas do sexo feminino. Foram selecionadas cinco variáveis dentre as disponíveis a partir dos BO's, exatamente aquelas que nos permitem caracterizar o tipo de situação conflituosa em que ocorreram os homicídios femininos.

Motivo e meio da agressão

O primeiro cruzamento informa a relação entre o motivo provável da agressão e o meio através do qual ela ocorreu. Os dados da Tabela 18 sugerem existir associação entre tipo de motivação e meio de agressão. Independentemente da circunstância motivadora, predomina a agressão por armas de fogo. Contudo, ocorrências caracterizadas por brigas de

todos os tipos têm por meio de agressão objetos contundentes, cortantes ou perfurantes. Além disso, homicídios com motivação amorosa apresentam proporções de armas de fogo e objetos contundentes, cortantes ou perfurantes em patamares muito próximos (47,8 e 39,1, respectivamente). São mortes em resultado de conflitos entre parceiros afetivo-sexuais, ocasionados entre outras razões pela recusa da mulher em reatar o relacionamento, ou como vingança em situações de separação e por alegação de ciúmes. Estes tipos de conflitos contrastam com as brigas em geral – incluindo brigas entre membros de uma mesma família – em que objetos contundentes, cortantes ou perfurantes como meios de agressão marcam a totalidade dos homicídios aí incluídos.

Seguem-se motivações que remetem a situações de conflito tipicamente urbano: roubos, seqüestros, encomenda, vingança, tiroteios e conflitos entre grupos em situações públicas. Nestes casos, a ampla maioria é provocada por armas de fogo.

Dentre os roubos e seqüestros, as armas de fogo constituem o único meio identificado, enquanto nos crimes por encomenda ou vingança cerca de 18% são cometidos por enforcamento, estrangulamento ou sufocamento, seguidos de outros meios variados (6%). No caso de tiroteios ou em que a morte foi ocasional – pois a agressão não tinha como objeto a vítima – destacam-se as armas de fogo e, em seguida veículos, já que estão aí incluídos acidentes de trânsito em que não houve socorro da vítima. É fato que os principais meios de agressão são as armas de fogo, com 58% dos casos identificados. Agressões resultantes em homicídios que têm como meio de agressão objetos contundentes, cortantes ou perfurantes parecem associados a circunstâncias específicas das ocorrências.

É possível, pois, tipificar as motivações de homicídios segundo os meios com que foram executados. Crimes amorosos – a chamada violência doméstica ou de gênero – tendem a ocorrer por meio de armas de fogo, embora objetos contundentes, cortantes ou perfurantes tenham um peso considerável neste tipo de crime. Homicídios no contexto de brigas, sejam elas familiares ou não, são em sua totalidade ocasionados por objetos contundentes, cortantes ou perfurantes. Roubos e seqüestros assim como crimes por encomenda ou vingança ocorrem, maiormente, por meio de armas de fogo. O mesmo se dá em situações de tiroteios e conflitos entre grupos em situações públicas, em que as mulheres assassinadas o foram por casualidade, por estarem presentes à cena do crime, sem relação com os demais atores.

Tabela 18 – Distribuição Percentual do Motivo e Meio da Agressão, Mulheres Vítimas de Homicídio - Município de São Paulo, 2005

Motivo x Tipo/Meio da Agressão	Arma de fogo	Objeto contundente/ cortante/ perfurante	Enforc./ estrang./ sufocamento	Veículo	Outra	NS/NR	Total	N
Amoroso	47,8	39,1	8,7	0,0	0,0	4,3	100	23
Brigas (briga familiar/brigas)	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	15
Roubo/seqüestro/estupro + seqüestro	91,7	0,0	0,0	0,0	0,0	8,3	100	12
Encomenda/vingança	76,5	0,0	17,6	0,0	5,9	0,0	100	17
Vítima casual/tiroteio	93,3	0,0	0,0	6,7	0,0	0,0	100	15
outro	0,0	44,4	0,0	44,4	11,1	0,0	100	9
NS/NR	61,4	21,1	2,6	0,0	1,8	13,2	100	114
total	58,0	25,4	3,9	2,4	2,0	8,3	100	205

Fonte: INFOCRIM/SSP-SP, 2005. Tabulações Próprias.

Motivo e local do homicídio

O local em que a agressão ocorre é outra característica que se associa à motivação do homicídio, Tabela 19. Embora as mortes por motivação amorosa distribuam-se em vários tipos de locais, destaca-se dentre eles a residência da vítima. São crimes direcionados em que as mulheres são agredidas e mortas em casa ou em frente de casa em pouco menos de 50% dos casos. Nas brigas, familiares ou outras, também o cenário do crime é a residência da vítima, seguida por vias públicas. Estas, em menor proporção, abrangem ainda assim pouco mais de 25% dos casos de homicídios deste tipo. Os perfis de ambos os tipos de homicídio quanto ao local de ocorrência são semelhantes (Tabela 19).

Mortes ocorridas em situação de roubo ou de seqüestro tendem a ocorrer em 33% dos casos na residência ou em frente à casa da vítima, seguido de outros locais. Note-se que em 50% dos casos a informação quanto ao local é omitida no Boletim de Ocorrência, o que é, no mínimo, curioso. Proporções de omissão de informação quanto ao local no mesmo

patamar foram encontradas nos casos de crimes por encomenda e vingança e nos casos de vítimas casuais. Do que é possível depreender, enquanto os homicídios por encomenda ou vingança têm como cenários bares, restaurantes e áreas de recreação, mulheres vitimadas casualmente ou em situações de tiroteio são mortas em vias públicas, sem relação com os demais atores da ocorrência.

Atendo-nos aos dados disponíveis, é possível acrescentar uma segunda característica às mortes femininas. Mulheres vítimas do crime de homicídio morrem em sua própria residência ou defronte a ela qualquer que seja a motivação da agressão. Exceção é feita às mortes casuais – mortes em que a vítima não era necessariamente o alvo da agressão, estava passando pelo local, ou era irmã, amiga ou parceira do alvo da agressão, etc – em que as mortes tendem a ocorrer em vias públicas.

Tabela 19 – Distribuição Percentual do Motivo da Agressão e Local da Ocorrência, Mulheres Vítimas de Homicídio - Município de São Paulo, 2005

Motivo x Local da Ocorrência	Residência/ defronte a residência	Bar/ restaurante/ lanchonete/ área recreação	Via pública	Outros (inclui hospital)	NS/NR	total	N
Amoroso	47,8	4,3	21,7	0,0	26,1	100	23
Brigas (briga familiar/brigas)	46,7	0,0	26,7	0,0	26,7	100	15
Roubo/seqüestro/estupro + seqüestro	33,3	0,0	0,0	16,7	50,0	100	12
Encomenda/vingança	29,4	17,6	5,9	0,0	47,1	100	17
Vítima casual/tiroteio	6,7	0,0	53,3	0,0	40,0	100	15
outro	11,1	0,0	33,3	0,0	55,6	100	9
NS/NR	13,2	1,8	13,2	0,9	71,1	100	114
total	21,5	2,9	17,6	1,5	56,6	100	205

Fonte: INFOCRIM/SSP-SP, 2005. Tabulações Próprias.

Motivo e violência anterior

Outra relação averiguada nesta pesquisa é a questão do ciclo contínuo de violências, Tabela 20. Sabemos pela literatura que aborda a violência contra a mulher que uma agressão extrema como o assassinato pode ser o ápice de um ciclo contínuo e gradualmente intensificado de violências. Esta característica é sugerida pelas informações contidas nos Boletins de Ocorrência, que se referem a relatos de violência anterior ao homicídio. Principalmente quando a agressão é gerada por conflito amoroso podemos notar que há uma prevalência de casos cujo histórico trazia relatos de violência anterior, mencionando boletins de ocorrência registrados no passado, trazendo depoimento das testemunhas que se referem a constantes ameaças e perseguições que estas pessoas estavam sofrendo ou à existência de relações amorosas violentas entre agressor e sua vítima (61% dos casos).

No caso de brigas, familiares ou não, e em crimes de encomenda ou vingança, estes relatos também aparecem, embora em menor proporção.

Tabela 20 – Distribuição Percentual do Motivo e Relato de Violência Anterior, Mulheres Vítimas de Homicídio - Município de São Paulo, 2005

Motivo x Relato de violência anterior	NS/NR	Sim	Total	N
Amoroso	39,1	60,9	100,0	23
Brigas (briga familiar/brigas)	73,3	26,7	100,0	15
Roubo/seqüestro/estupro + seqüestro	100,0	0,0	100,0	12
Encomenda/vingança	76,5	23,5	100,0	17
Vítima casual/tiroteio	100,0	0,0	100,0	15
Outro	100,0	0,0	100,0	9
NS/NR	92,1	7,9	100,0	114
Total	84,878049	15,121951	100	205

Fonte: INFOCRIM/SSP-SP, 2005. Tabulações Próprias.

Motivo e raça/cor da vítima

Outro cruzamento importante para este trabalho - cujo objetivo é também evidenciar as diferenças de raça/cor nas ocorrências – relaciona a motivação provável do crime à raça/cor das vítimas (tabela 21). O que podemos notar é que a raça/cor da vítima faz diferença no tipo de conflito motivador destas mortes. Os casos de roubo, seqüestro e estupro tem 83% de vítimas brancas e mulheres negras 0% destes casos. Nos casos de crimes de encomenda e vingança, as mulheres negras são 82% dos casos enquanto as mulheres brancas 18%. As brigas de diversos tipos também mostra diferença por raça/cor, onde 60% das vítimas eram negras e 26% das vítimas eram brancas. As vítimas casuais, dos crimes por motivação amorosa e de outros tipos tem pouca ou nenhuma diferença segundo a raça/cor.

Estes dados nos levam a pensar que existe, sim, uma seletividade no tipo de agressão vivenciado por mulher em razão de sua raça/cor. Verifica-se também que o nível de informação sobre raça/cor ignorado é 6,8%.

Tabela 21 – Distribuição Percentual do Motivo e Raça/Cor da Vítima, Mulheres Vítimas de Homicídio - Município de São Paulo, 2005

Motivo x raça/cor da vítima	BRANCA	NEGRA	NS/NR	total	N
Amoroso	47,8	43,5	8,7	100	23
Brigas (briga familiar/brigas)	26,7	60,0	13,3	100	15
Roubo/seqüestro/estupro + seqüestro	83,3	0,0	16,7	100	12
Encomenda/vingança	17,6	82,4	0,0	100	17
Vítima casual/tiroteio	46,7	46,7	6,7	100	15
Outro	44,4	44,4	11,1	100	9
NS/NR	48,2	46,5	5,3	100	114
Total	45,9	47,3	6,8	100	205

Fonte: INFOCRIM/SSP-SP, 2005. Tabulações Próprias.

4.5 - Homicídio de Mulheres: Contextos Urbanos X Contextos Domésticos

A análise dos Boletins de Ocorrência realizada até aqui deixou evidente existir uma multiplicidade de situações em que um homicídio feminino pode ocorrer. Os dados mostram a importância de mortes que igualam mulheres e homens quanto à vulnerabilidade à violência urbana. Isto porque, ao lado da violência tipicamente de gênero ou doméstica que acomete fatalmente as mulheres, são variadas as circunstâncias em que mortes violentas femininas ocorrem no Município de São Paulo. Em vista disso, – e dada a riqueza dos registros dos BO's - consideramos oportuno para fins deste trabalho oferecer, a título de exemplos, os tipos de narrativas com que nos deparamos. Estas narrativas, reconstruídas a partir de relatos reais, elucidam alguns dos padrões recorrentes nos episódios de violência urbana e violência de gênero ou doméstica contra a mulher.

Durante a leitura dos *históricos* dos BO's fomos percebendo que as histórias pareciam ser ligadas entre si. Ficavam evidentes características comuns a muitas delas, seja pela sequência dos fatos, seja pela justificativa dada pelo agressor ou outros atores da cena, pelos rituais ou mesmo pelas características da relação entre vítima e agressor. Como reconstrução que são, elaboradas a partir de várias das ocorrências encontradas, nenhuma delas corresponde a um caso concretamente acontecido, sendo preservada a identidade da vítima, dos demais atores e da própria ocorrência.

Mortes de contexto da violência urbana

- **Briga e tiroteio em frente à quadra de uma Escola de Samba**

Chamada a Polícia Militar da região para atender uma ocorrência de **disparo de arma de fogo defronte ao salão de uma escola de samba**. Ao chegar ao local, os agentes não encontraram nenhuma das partes envolvidas, mas tão somente pessoas que saíam do baile, as quais nada souberam informar. Tomaram então conhecimento de que havia **uma vítima de disparo de arma de fogo e que outras duas foram gravemente feridas**. Verificados os hospitais da redondeza, localizaram a vítima mais grave já sem vida, tratando-se de pessoa do sexo feminino. Encontraram também duas vítimas do sexo masculino que haviam sido feridas na ocorrência, ambas inconscientes e em atendimento médico. As testemunhas arroladas na ocorrência encontravam-se nos referidos hospitais acompanhando as vítimas, e afirmaram **não saber quem teria sido o autor dos disparos**

que atingiram as vítimas. Somente souberam dizer que **houve uma briga envolvendo muitas pessoas**, não tendo sido os agressores identificados até a lavratura do BO.

- **Tiros em frente a uma festa**

Chamada a Polícia Militar para atender ocorrência em que indivíduos em **via pública haviam sido agredidos a tiros**. Ao chegar ao local, os policiais tomaram conhecimento que se tratava de uma festa, realizada em região da periferia Leste da cidade. Testemunhas relataram que um homem, ao sair da festa, teve um desentendimento com alguns desconhecidos em frente à residência. Correu então para o interior da casa, alertando aos demais ali presentes que **desconhecidos e vítimas haviam se desentendido em frente ao local**. Um dos desconhecidos de cor branca, jovem e alto, sacou uma **arma de fogo** e fez dois disparos em direção à uma das vítimas, de sexo masculino. Em seguida efetuou um disparo contra outra vítima. Seguiu-se um tumulto, **onde as testemunhas ouviram mais alguns disparos**. Os desconhecidos fugiram em alguns veículos. Uma das vítimas do sexo masculino, após socorrido e medicado, compareceu à Delegacia, onde esclareceu ter sofrido um ferimento a bala na cabeça, razão pela qual foi encaminhado a exame de corpo de delito. A outra vítima do sexo masculino, atingida por arma de fogo, chegou a ser socorrida, não resistindo aos ferimentos e falecendo no hospital. Foi atingida também uma **vítima feminina**, também **por disparo de arma de fogo** nas costas, sendo socorrida no hospital onde **permaneceu internada para cirurgia**. A autoridade policial compareceu ao local dos fatos. Porém, **não foi possível colher a qualificação dos autores dos disparos**, bem como identificar os agressores.

- **Encomenda ou execução**

Comparece à Delegacia um policial militar, informando ter sido acionado para atender uma ocorrência em que a vítima foi agredida a tiros. Relata também que no endereço citado deparou-se **com vítima feminina alvejada por vários disparos de arma de fogo** em várias partes do corpo. Tais disparos foram **efetuados por dois indivíduos desconhecidos, encapuzados**, que **entraram em sua casa e, sem nada dizer, efetuaram os disparos**. Uma testemunha, **pessoa de sua família do sexo feminino**, informou que só ouviu os tiros e percebeu que tais indivíduos estavam encapuzados. A vítima foi socorrida e **deu entrada ao hospital já em óbito**.

Motivações de contexto doméstico

- **Briga entre familiares**

A Polícia Militar foi acionada atender à uma ocorrência em que havia uma **mulher esfaqueada**. Lá chegando constatou que a **vítima já havia entrado em óbito por ferimento de arma branca na região do pescoço**. Informou a testemunha, familiar da vítima, que ao se dirigir à residência, passou por **seu irmão**, com a **camisa suja de sangue, visivelmente embriagado**, oportunidade em que lhe perguntou o que havia acontecido. Ele teria apenas respondido que tinha **discutido com vítima feminina**. Ao chegar a casa, encontrou **sua irmã caída** no corredor de entrada da residência com ferimento no pescoço e sem respirar. O **indiciado fugiu do local**, sendo ignorado o seu paradeiro. Consta que o **indiciado já respondeu a processo criminal por agressão**. A autoridade policial compareceu ao local dos fatos e constatou a morte da vítima.

- **Briga conjugal**

A Polícia Militar chegou ao local da ocorrência, **uma residência**, e constatou que a vítima estava caída no banheiro com **ferimentos** no pescoço e abdômen, os quais foram **produzidos por arma branca**. Socorrida em hospital, não resistiu aos ferimentos entrou em **óbito**. A testemunha, filha da vítima, informou que chegou em casa por volta das 20h00, na companhia de seu namorado, e deparou com sua mãe ferida no banheiro. Informou ainda, que segundo ficou sabendo através dos vizinhos, teriam ouvido gritos no início da noite e **notaram que estava ocorrendo uma briga entre a vítima e pessoa com quem a vítima vivia há cerca um ano**. Informaram, também, que logo após a briga o agressor havia saído de casa apressadamente e não mais ouviram barulho”.

- **Fim de relacionamento amoroso**

A Polícia Militar foi acionada para atender ocorrência envolvendo **homicídio e suicídio** em determinado local. Lá chegando, **o agressor e a vítima feminina encontravam-se caídos na cozinha**. Ambos apresentavam **perfurações produzidas por arma de fogo**, estando ainda com vida. Ambos foram socorridos no hospital, **onde vieram a falecer**. A arma em tela estava ao lado do agressor próximo a sua mão esquerda. Segundo apurado, **agressor e vítima mantiveram um relacionamento amoroso por aproximadamente 4 meses**, tendo a vítima feminina **resolvido terminar, fato este não aceito pelo agressor**.

- **Briga por ciúmes**

Os policiais militares informam que foram acionados para atender ocorrência de **agressão a tiros**. A vítima foi socorrida até o hospital, onde foi medicada e, **não resistindo aos ferimentos de disparo de arma de fogo, veio a óbito**. A vítima foi alvejada por vários disparos de arma, em várias partes do corpo. A testemunha, **familiar da vítima, informou à polícia que o provável autor do homicídio foi o namorado da vítima**. Informou também que naquela madrugada, após discussão por ciúmes, **teria dito que iria matá-la**. Embora houvesse pessoas em casa para protegê-la em razão da ameaça feita, ao sair no portão de sua casa em companhia da filha menor e caminhar poucos metros, a vítima foi interceptada pelo namorado. As testemunhas apenas ouviram os disparos logo após o pedido de ajuda da menina, e encontraram a vítima ferida. Uma das testemunhas, familiar da vítima, afirma, ainda, que **há cerca de sete dias atrás, a vítima havia sido agredida pelo namorado, tendo registrado a ocorrência na Delegacia da Mulher**. Relata que, na ocasião, a responsável pelo atendimento teria verificado tratar-se o **indiciado de pessoa procurada pela justiça por crime de homicídio anterior**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui desenvolvida analisou as formas de violência urbana e doméstica contra a mulher através da análise das mortes por agressão/homicídios, assim como as possíveis conexões, similaridades e diferenças de raça/cor destes óbitos, esta pesquisa procurou combinar diferentes fontes de informação.

Detectamos que a literatura que trata atualmente das mortes violentas no Brasil, não costuma analisar esta causa de morte para as mulheres como objeto das análises. A grande justificativa é a expressão numérica destas mortes frente ao grande número de mortes violentas contra homens. A relação é aproximadamente de 1 óbito feminino por causa violenta para cada 10 óbitos masculinos. Esta tem sido a justificativa para a inexistência de estatísticas e estudos sobre o impacto desta causa de morte no perfil da mortalidade feminina. O primeiro diagnóstico neste caso é a própria lacuna existente referente aos estudos da mortalidade feminina por homicídio.

Outra constatação feita durante a revisão bibliográfica, mas desta vez sobre mortalidade por raça/cor, refere-se ao fato de que no campo da epidemiologia, saúde e demografia, a variável raça é pouco explorada principalmente nos estudos que a utilizaram na produção de estatísticas sobre saúde ou que analisaram os diferenciais raciais no processo de adoecimento e morte, constituindo a segunda lacuna encontrada por este estudo. Como já tratado durante a argumentação dos capítulos, o próprio acesso às informações oficiais sobre raça na saúde se constituem um obstáculo para a abordagem e o acompanhamento do impacto do racismo na morbi-mortalidade, já que o quesito ‘raça/cor’ só foi implantado nos atestados de óbito no ano de 1996.

A maior parte das argumentações sobre a não utilização do quesito raça/cor nos cálculos de mortalidade se apóia na idéia de que os dados são demasiadamente inconsistentes para a análise por problemas relativos ao grande número de casos onde a raça/cor é ignorado, tentando descobrir a atualidade desta afirmativa, principalmente para o caso dos óbitos por agressão, procuramos fazer um exercício de observação da evolução da quantidade de óbitos com raça/cor ignorada, no período de 2000 a 2005. O que pudemos observar é que para a unidade de análise em questão neste trabalho – o Município de São Paulo – a ausência de informação de raça/cor é não somente decrescente, mas com índices

muito reduzidos, sempre inferiores a 1%, para homens e mulheres, chegando a 0,08% e 0,44% para homens e mulheres, respectivamente, em 2005. A avaliação resultante é que as pequenas deficiências no registro das informações sobre raça/cor em si não são um empecilho para o estudo aqui realizado.

Na análise das informações da área da saúde (SIM/MS), pudemos verificar que:

Nas mortes devido a agressões as maiores taxas são observadas para a população entre 15 e 24 anos, tanto para homens quanto para as mulheres, no Brasil, Estado e Município de São Paulo no período de 2000 a 2005.

Em média quase 4.000 mulheres morreram assassinadas anualmente entre 2000 e 2005 no Brasil, quase 1.000 no Estado de São Paulo, sendo 338 somente no Município de São Paulo. Estes dados sinalizam para a necessidade de nos determos mais nas mortes femininas por causas externas, mortes evitáveis e que indicam deficiências quanto à saúde e segurança de vida das mulheres.

Embora as taxas de mortes violentas entre as mulheres são em média 10 vezes menores que as masculinas, elas guardam relações com as demais mortes e diferenciais por idade e raça/cor semelhantes às masculinas. Elas concentram-se no grupo de idade de 15 a 24 anos e são 1,3 vezes maiores para mulheres negras, com taxas de 23,8 para cada 100 mil mulheres brancas e 30,7 para mulheres negras. Como para os homens, neste grupo de idade as causas externas são a primeira causa de morte entre as mulheres do Município de São Paulo.

Vale destacar que a superioridade do risco de morrer para a população negra, quando comparada à branca, foi observada somente para as causas externas em todos os grupos etários, no caso masculino, e para as mulheres com menos de 35 anos. Sendo a disparidade ainda maior entre os jovens e jovens adultos. Como demonstrado reiteradamente na literatura, esse é o grupo mais vulnerável frente à violência urbana relacionada ao uso, tráfico de drogas e armas de fogo, com os maiores índices de mortalidade por homicídios.

Tais resultados indicam que para as mortes violentas os diferenciais podem ser ainda bem maiores, já que a superioridade das taxas de mortalidade por outras causas entre os brancos tem sido atribuída a problemas metodológicos devido diferenças de critérios na

classificação por raça/cor do levantamento censitário e dos registros vitais (DO) - respectivamente denominador e numerador para o cálculo das taxas.

Pudemos constatar que tanto para homens quanto para mulheres as agressões ocupam a principal causa na ampla faixa dos 15 aos 44 anos, no Município de São Paulo. Sendo que também podemos notar diferenças quanto à intensidade segundo grupo de idade e raça/cor.

Os resultados encontrados sobre risco de morrer por agressões indicam que entre os jovens negros o risco de morte violenta é praticamente o dobro do que entre os jovens brancos, sendo a relação para as mulheres jovens um pouco mais baixa: 1,7 maior risco para as jovens negras de 15 a 24 anos do que para as brancas.

Verificamos que o uso de armas de fogo ocorre na maioria dos eventos violentos, para ambos os sexo e raça/cor, sendo mais presente ainda nos óbitos da população negra, 68,3% e 58,7% das agressões de homens e mulheres negras, respectivamente. Destaca-se a importância dos meios não identificados, que representam cerca de 23% dos meios de agressão para homens brancos e negros, e 22,4% para mulheres negras e 24% para mulheres brancas.

Procurando entender a distribuição espacial dos óbitos femininos por agressão segundo distrito de residência das vítimas, pudemos perceber que no Município de São Paulo as mortes violentas femininas são das periferias da cidade, principalmente da Zona Sul (Capão Redondo, Jardim Ângela e Grajaú). A região central e distritos próximos ao centro têm registrou em média de 0 a 30 óbitos femininos no quinquênio analisado, destacamos os distritos da Barra Funda, Lapa e Itaim Bibi que tiveram índice de 0 óbitos registrados no período analisado. Notamos também que estas áreas mais violentas são as com maiores concentrações de favelas.

Estas respostas foram as possíveis de serem dados através de dados da saúde, mas não evidenciaram a questão principal levantada por esta pesquisa que é sobre o tipo de violência implícita nestes óbitos. Daí uma terceira lacuna encontrada neste estudo refere-se as limitações das informações da Saúde para elucidação de questões ligadas às relações íntimas entre violência e circunstâncias geradoras de violência, como motivos da agressão e relações com agressores. No caso da violência contra as mulheres, a dimensão das relações domésticas, familiares e amorosas. Esta foi a justificativa para que utilizarmos o Boletim de

Ocorrência da Segurança Pública para sanar as carências do Declarações de óbito da Saúde Pública.

Conseguimos levantar as seguintes considerações: Anteriormente ao ano de 2000, estudos que se propusessem a utilizar os BO's tinham forçosamente que passar pelo processo de seleção manual das informações em cada BO, identificando o tipo de agressão, local, etc. e passar pelo processo de digitalização dos dados disponíveis em papel, nos arquivos da SSP-SP, o que aumentava o tempo e os gastos necessários, muitas vezes inviabilizando a pesquisa. A partir de setembro de 2000, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), deu início ao Sistema de Informações Criminais (INFOCRIM).

As fontes utilizadas na área da saúde, em especial as Declarações de Óbito, oferecem informações apenas sobre a vítima sendo, portanto, unilateral. Os BO's oferecem informações sobre autor da agressão e suas circunstâncias, registrando homicídios dolosos e qualificados, além de agressões que não resultaram em morte da vítima. O BO é, neste contexto, fonte de pesquisa privilegiada por ser multilateral expondo as diversas relações entre envolvidos e circunstâncias do caso.

A quarta e quinta lacuna encontrada nesta pesquisa refere-se ao tipo de interpretação comumente utilizado para analisar as mortes femininas por homicídios e a estratégias metodológicas de análises deste tipo de violência. A literatura que explora informações propriamente sobre violência contra a mulher costuma se validar em abordagens que consideram o impacto nocivo da estrutura patriarcal de organização da sociedade no cotidiano das mulheres, porém fica de fora a questão referente ao impacto da violência urbana neste tipo de mortalidade feminina.

Buscamos nos dados da área da Segurança Pública que, com suas características, oferece informações acerca das vítimas, agressores e sobre a ocorrência propriamente dita, o que nos possibilitou entrar na intimidade das relações entre violência e morte no contexto feminino. As principais observações sobre as vítimas fatais são:

- As informações quanto ao perfil das vítimas dos Boletins de ocorrência são ligeiramente diferentes do perfil apresentado nas Declarações de Óbito, isso se dá, pois, se trata de fontes diferentes de informações e a não implicação de um óbito registrado por uma fonte seja o mesmo registra pela outra fonte, vale

lembra que o tipo de base da saúde é centralizada nas informações das pessoas e a da Segurança pública centralizada nas ocorrências.

- As vítimas registradas nos BO's eram jovens de uma faixa de idade mais ampla dos 15 aos 34 anos; das vítimas fatais 45,9% eram brancas enquanto 47,3% eram negras. Eram solteiras e de nível educacional equivalente ao ensino fundamental (43,9 % das vítimas fatais).
- Estes achados apontam para uma necessidade, assim como em outros estudos, da avaliação das relações de desigualdade raciais intra-gênero e da importância de um aprofundamento na questão das relações raciais e de gênero para analisar e consolidar o debate e ações com foco na violência e suas conexões com as desigualdades estruturais, principalmente as de raça, gênero, classe e idade.
- Os casos de agressores identificados concentram-se no sexo masculino, somando 40% dos agressores de vítimas fatais e 45,6% dos agressores do total de vítimas. Apenas 1,5% dos casos com vítimas fatais têm mulheres como autoras das agressões e cerca de 2% de agressoras do total de vítimas. Estas informações indicam para uma situação sensível, pois são agressores do sexo masculino os responsáveis pelas mortes femininas.
- Cerca de 25% dos agressores de vítimas fatais eram desconhecidos, 19% eram mantinham relação afetivo/conjugal com suas vítimas, 8,3% tinham um tipo familiar de relacionamento e cerca de 5% dos casos o agressor era um conhecido das vítimas. Ou seja, 33% dos agressores tinham relacionamento próximo com a vítima fatal. Os casos cuja informação era ignorada representavam 43% dos casos com vítimas fatais.
- O principal meio de agressão é a arma de fogo, tanto para vítimas fatais quanto para o total de vítimas, respectivamente 58% e 59,7%. O objeto cortante e contundente³³ representa o segundo meio de agressão contra vítimas mulheres, 25,4% dos casos fatais e 15,9% do total dos casos. Outros tipos de meio de agressão são empregados para agredir mulheres. Enforcamentos, veículos, negligência e agressão sexual também estão presentes no assassinato de mulheres.

³³ Objeto cortante/perfurante: faca, estiletes; objeto contundente: qualquer objeto utilizado na agressão física.

- Sobre a motivação do crime pudemos constatar que quando a agressão é fatal 11,2% dos casos tem motivação amorosa, 8,3% são casos de encomenda ou vingança, 7,3% são brigas de diversos tipos, incluindo os casos em que a briga era familiar, 7,3% são vítimas casuais ou de tiroteios.
- A residência continua sendo o palco das agressões fatais contra as mulheres, contudo a via pública aparece com percentual bem próximo aos da residência (21,5% versus 17,6%), fato que deve ser observado com atenção.
- Um cruzamento importantíssimo que fizemos diz respeito ao local em que a agressão correlacionado a motivação do homicídio. Embora as mortes por motivação amorosa distribuam-se em vários tipos de locais, destaca-se dentre eles a residência da vítima. São crimes direcionados em que as mulheres são agredidas e mortas em casa ou em frente de casa. Nas brigas, familiares ou outras, também o cenário do crime é a residência da vítima, seguida por vias públicas, em menor proporção em contra partida as mortes ocorridas em situação de roubo ou de seqüestro tendem a ocorrer majoritariamente em outros locais, enquanto os homicídios por encomenda ou vingança têm como cenários bares, restaurantes e áreas de recreação.
- Principalmente quando a agressão é gerada por conflito amoroso podemos notar que há uma prevalência de casos cujo histórico trazia relatos de violência anterior, mencionando boletins de ocorrência registrados no passado, trazendo depoimento das testemunhas que se referem as constantes ameaças e perseguições que estas pessoas estavam sofrendo ou à existência de relações amorosas violentas entre agressor e sua vítima.
- O que podemos notar é que a raça/cor da vítima faz diferença no tipo de conflito motivador destas mortes. Enquanto as mulheres brancas são mais atingidas por seqüestros e roubos, seguido das agressões amorosas, as mulheres negras são o principal alvo das mortes por encomenda, seguida também pelas mortes ocasionadas por motivo amoroso. As mortes ocasionadas por brigas de diversos tipos são também motivos de morte para as mulheres negras, enquanto as vítimas casuais têm a mesma proporção entre mulheres brancas e negras.

A análise dos Boletins de Ocorrência realizada nesta pesquisa deixou evidente existir uma multiplicidade de situações em que um homicídio feminino pode ocorrer e diferenciais quanto à raça/cor e idade. Consideramos que essa análise demonstra como no caso de São Paulo os homicídios são causas de morte que aproximam perfil de vítimas mulheres e homens no impacto da violência urbana na vida das pessoas nas cidades e separa homens e mulheres quando notamos que a violência doméstica ainda é causa de morte por homicídios para as mulheres. Outra percepção é que para as mulheres negras a violência urbana é mais acentuada.

Consideramos que para tirarmos conclusões mais amplas do caso da violência contra a mulher expressa nos óbitos por homicídios é fundamental analisar os diferenciais regionais, já que as dinâmicas urbanas das grandes cidades, das várias regiões brasileiras, podem apresentar contextos de morte diferenciados, veja casos como conflitos de terra, turismo sexual, tráfico de mulheres, tráfico de drogas intenso e outras situações que podem melhor caracterizar a proposta mais ampla de tipificação do contexto desta violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIDAR, T. A face perversa da cidade: configuração sócio-espacial das mortes violentas em Campinas nos anos 90. **Textos NEPO 44**, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2003.

_____. **A face perversa da cidade**: configuração sócio-espacial das mortes violentas em Campinas nos anos 90. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

ALENCAR, J. A. **Vocabulário latino**: (por famílias etimológicas) filosofia e poesia da linguagem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1944.

ALMEIDA, S. S. **Femicídio**: algemas (in) visíveis do público privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

BAIRROS, L. Lembrando Lélia Gonzalez. **Revista Afro – Ásia**, Bahia, n.23, 2000.

_____. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.3, n.2, jul./dez.1995. (Dossiê Mulheres Negras).

ARAUJO, T. C. A classificação de “cor” nas pesquisas do IBGE: notas para uma discussão. **Cadernos de Pesquisa - Revista de Estudos e Pesquisa em Educação**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n.63, nov./1987.

BARBOSA, M. I. S. **Saúde e racismo**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

BARRETO, R. A. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça**: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia González. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BATISTA, L. E. Masculinidade, raça/cor e saúde. **Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.71-80, mar./2005.

_____; KALCKMANN, S. (Org.). **Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005. (Temas da Saúde Coletiva 3).

_____; ESCUDER, M. M. L.; PEREIRA, J. C. A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.38, n.5, p.630-636, out./2004.

_____. **Mulheres e homens negros**: saúde doença e morte. Araraquara, 2002. Tese (Mestrado em Sociologia) – UNESP.

BERQUÓ, E.; CUNHA, E. **Morbimortalidade feminina no Brasil**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2000.

_____. Esterilização e raça em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.11, n.1, p.19-26, jan./jun.1994.

BLAY, E. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008.

_____. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.49, n.17, p.87-96, 2003.

_____. **Direitos humanos e homicídio de mulheres.** São Paulo, 1999. (Pesquisa Integrada CNPq - Relatório de Pesquisa).

BRASIL. FUNASA/Ministério da Saúde. **Saúde da população negra no Brasil:** contribuições para a promoção da equidade. Brasília, 2005.

CALDWELL, K. L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Estudos Feministas**, São Paulo, v.8, n.2, jul./dez.2000.

CAVENAGHI, S. **Female sterilization and racial issues in Brazil.** Texas, 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia/Demografia) - University of Texas System.

CEDAW. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.** Brasília: ONU, 1979.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought:** knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 1990.

CONVENÇÃO Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. OEA, 1994.

CORREA, M.; SOUZA, E. R. (Org.). **Vida em família:** uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra". 1.ed. Campinas: PAGU/UNICAMP, v.1, 2006.

_____. **Os crimes da paixão.** São Paulo: BRASILIENSE, 1981.

CUNHA, E. M. G. P. Diferenciais na mortalidade de menores de um ano segundo raça: novas constatações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, v.1, 1998.

_____. (Org.). **Bases de dados nacionais na área de saúde.** Campinas: NEPO/UNICAMP, São Paulo, 2v. 1997. (Workshop de Treinamento em Bases de Dados na Área de Saúde).

_____. Mortalidade infantil segundo cor: os resultados da PNAD 84 para o Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1994.

_____. O quadro de discriminação racial da mortalidade adulta feminina no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1990.

DAVIS, A. **Women, race and classe.** New York: Random House, 1981.

EVARISTO, C. **Olhos d'água.** Cadernos Negros, São Paulo, Quilombhoje, 2005.

FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Demográfico de 2000.** Rio de Janeiro, 2000.

FUNDAÇÃO SEADE. **Estatísticas vitais paulistas:** óbitos femininos por agressão, Município de São Paulo, 2000 a 2006. (Micro Dados).

GAWRYSZEWSKI, V. P.; KAHN, T.; MELLO JORGE, M. H. P. M. Informações sobre homicídios e sua integração com o setor saúde e segurança pública. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v.39, n.4, p.627-633, ago./2005.

_____. Mortalidade violenta no Município de São Paulo nos últimos 40 anos. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v.3, n.1-3, 2000.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M. T. **O lugar da mulher; estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

HASENBALG, C. Notas sobre relações de raça no Brasil e América Latina. In: HOLLANDA, H. B. **Y nosotras latinoamericanas?: estudos sobre gênero e raça**. São Paulo: Memorial da America latina, 1992.

HOOKS, B. **Feminist theory: from margin to center**. Boston: South end Press, 1989.

INFOCRIM. Secretária de Segurança Pública. **Breve histórico do Infocrim**. São Paulo, s/d.

MELLO JORGE, M. H. P.; GAWRYSZEWSKI, V. P.; LATORRE, M. R. D. O. Análise dos dados de mortalidade. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.31, 4 supl., p.5-25, 1997.

MELLO JORGE, M. H. P. Mortalidade por causas violentas no município de São Paulo, Brasil: III - mortes intencionais. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.15, n.2, p.165-193, abr., 1981.

_____. M. H. P. M. **Mortalidade por causas violentas no Município de São Paulo**. São Paulo, 1979. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo.

KING, D. Multiple jeopardy, multiple consciousness: the context of a black feminist ideology. **Signs**, v.14, n.1, p.42-72, 1988.

LOPES, C. **Relatório de desenvolvimento humano no Brasil: racismo, pobreza e violência**. Brasília: PNUD Brasil, 2005.

LORD, A. **Sisters outsider: essays & speeches**. Trumansberg: The Crossing Press, 1984.

LOZADA, E. M. K. et al. Informações sobre mortalidade por causas externas e eventos de intenção indeterminada, Paraná, Brasil, 1979 a 2005. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.25, n.1, jan./2009.

MACHADO, P. J. **Dicionário etimológico da Língua Portuguesa**. Porto: Confluência, 1952.

MAIA, P. B.; AIDAR, T. Mortes no trânsito urbano: relação entre residência das vítimas e local de ocorrência dos acidentes. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.21, n.1, p.46-59, jan./jun.2007.

_____. Vinte anos de homicídios no estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.13, n.4, p.121-129, dez./1999.

MARTINS, A. L. Mortalidade materna de mulheres negras no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22, n.11, p.2473-2479, nov./2006.

MITIKO, E. K. L. et al. Informações sobre mortalidade por causas externas e eventos de intenção indeterminada, Paraná, Brasil, 1979 a 2005. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.25, n.1, jan./2009.

MOTA, M. D. B.; FERNANDES, M. P. **Femicídio ao vivo**: o que nos clama Eloá. 2008. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/feminicidio-ao-vivo-o-que-nos-clama-eloa/>>. Acesso em: 2008.

OLIVEIRA, F. **Saúde da população negra**: Brasil ano 2001. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003.

OLIVEIRA, M. C. F. A. et al. **Mediação familiar transdisciplinar**: uma metodologia de trabalho em situações de conflito de gênero. 1.ed. São Paulo: Núcleo de Estudos de População/Pró-Mulher Família e Cidadania, 2007.

_____. (Org.). **Demografia da exclusão social**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

PERES, M. F.T. **Violência por armas de fogo no Brasil**: relatório nacional. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência/ USP, 2004.

QUEIROZ, C. A. M. (Coord.). **Manual de polícia judiciária**: doutrina, modelos, legislação. São Paulo: Delegacia Geral de Polícia, 2000.

RADFORD, J.; RUSSELL, D. E. H. **Femicide**: the politics of woman killing. New York: Twayne Pub., 1992.

ROMIO, J. **Homicídio de mulheres negras na cidade de São Paulo em 1998**. 2006. (Relatório de Iniciação Científica, Sociologia/ NEMGE-USP/ CNPq, não publicado).

RUFINO, A. (Coord.). **Violência contra a mulher**: um novo olhar. São Paulo: Casa de Cultura da Mulher Negra, 2001.

RUSSELL, D. E. H.; HARMES, R. A. (Ed.). **Femicide in global perspective**. New York: Teachers College Press, 2001.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAUSSERE, S. **Curso de lingüística geral**. 1916.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, 1995.

SOARES, B. **Mulheres invisíveis**: violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

ZALUAR, A.; NORONHA, J. C.; ALBUQUERQUE, C. Violência: pobreza ou fraqueza institucional? . **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.10, supl.1, p.213-217, 1994.

WASELFISZ, J. Mapa das mortes por violência. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.21, n.61, 2007.

Sites Consultados:

<http://www.datasus.gov.br/catalogo/sim.htm>

www.seade.gov.br
www.ibge.gov.br
<http://www.isis.cl/Feminicidio/index.htm>